TRIBUNA DO ADVOGADO
Órgão da Seccional da OABRJ
ANO LXIV – DEZ 2015 / JAN 2016 – Número 1594

Prerrogativas: prioridade nº 1

Reeleito com 68% dos votos válidos, Felipe define como diretriz base da nova gestão fortalecer ainda mais a defesa dos direitos da advocacia

Serviços para os advogados

Escritório compartilhado

Para ajudar os advogados no exercício profissional, a OAB/RJ mantém, no 8º andar de sua sede, o Escritório Compartilhado, um complexo de 15 salas equipadas com computador, internet e serviços de impressão, telefonia e scanner. O local oferece espaços para atendimento a clientes, além de dispor de uma equipe de secretaria. O serviço também está disponível nas duas Casas do Advogado (Av. Erasmo Braga e Rua do Rezende) e em 38 subseções.

Acesse as informações diretamente do seu smartphone

Reservas

As reservas podem ser feitas para até duas vezes na semana, duas horas por dia, gratuitamente, pelos telefones (21) 2272-2218 e 2272-2219. O horário de atendimento é de 9h às 18h, de segunda a sexta-feira.

Saiba mais em **www.oabrj.org.br**

Nova gestão, novos desafios

FELIPE SANTA CRUZ

Primeiramente, gostaria de agradecer a todos os advogados do Estado do Rio de Janeiro, àqueles que votaram em nossa capa e também aos que optaram pelos concorrentes, pela participação no pleito do dia 16 de novembro. Tenho a imensa responsabilidade de continuar a gerir a OAB/RJ e os colegas podem estar certos de que nossa administração será voltada para todos, pensando sempre na dignificação da advocacia, com a perspectiva de que a Ordem deve estar ao lado do advogado no seu dia a dia profissional. Além, é claro, de zelar pelos interesses da sociedade e pelo Estado democrático de Direito.

A expressiva votação que nos reelegeu – 68% dos votos válidos – é um recado claro: a grande maioria da classe entende que a Seccional está no rumo certo. Mas as urnas nos dizem, também, que é preciso avançar ainda mais. É o que faremos no segundo mandato.

A prioridade número 1, como informa a capa desta edição, será a defesa das prerrogativas. Remodelaremos a comissão que trata do tema, ampliando sua estrutura e criando um telefone 0800 para que os colegas possam fazer denúncias de desrespeito. Além disso, vamos implantar o programa *Prerrogativa itinerante*, para levar a magistrados e serventuários dos diferentes municípios do Rio uma cartilha com informações sobre os direitos do advogado.

Em outra frente, mantendo a bem-sucedida parceria que temos hoje com o Conselho Federal, lutaremos pela aprovação, no Congresso, da sociedade unipessoal. Essa conquista possibilitará que mais colegas se valham dos benefícios tributários do Simples.

Com relação ao projeto *OAB Século 21*, que modernizou as mais de 200 dependências da Ordem no estado, intensificaremos o processo de informatização. A instalação de 12 novos núcleos digitais e de 470 computadores permitirá mais um salto tecnológico. Paralelamente, levaremos a Escola de Inclusão Digital, baseada no modelo já em funcionamento na sede da OAB/RJ, para o interior.

Sabemos que o país enfrenta um momento de crise econômica, o que se reflete diretamente na vida do advogado. Por isso mesmo, precisaremos de disposição e criatividade redobradas nesta segunda gestão. Vamos trabalhar sol a sol não apenas para garantir a continuidade dos serviços, mas por mais vitórias para a categoria. Os colegas podem ter a confiança de que ânimo nunca nos faltará. Estamos juntos.

Foto: Lula Aparício

Eleições

"Parabéns, estou feliz pela vitória. Porém, espero que lute pelos advogados e advogadas. Nosso Judiciário cada vez está pior. Hoje, depois de um episódio no cartório do 23º Juizado Cível da capital, fui falar com o juiz e o que ouvi do próprio é que eu tinha que falar com o presidente da OAB para que colocasse mais servidores no cartório para trabalhar e atender. Lamentável a falta de respeito. Uma boa gestão e não esqueça da nossa classe".
Cristiane Carla Moraes Duarte (OAB/RJ 190.326)

"(...) Venho (...) externar meus votos de felicitação pela vitoriosa campanha que culminou na eleição (...) para comandar nossa Seccional no triênio 2016-2018. Sabemos que a recondução à presidência da entidade é fruto do primoroso trabalho realizado na atual gestão, que lutou pela defesa das prerrogativas dos advogados (...), pela restituição da verdade sobre os desaparecidos e torturados pelo regime militar, pela melhoria dos fóruns regionais e das subseções, assim como pela ética na Justiça, dentre inúmeras outras ações exitosas para os advogados e para a sociedade".
Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues (OAB/RJ 102.249) – Coordenação do Curso de Direito da Facha

Facebook

Por ofício, OAB/RJ solicita providências no V JEC de Copacabana

Genilza Bonam Lemgruber: Necessitamos de melhores condições nos JECs de Jacarepaguá. Estou neste momento aguardando audiência e todos estão sofrendo com o calor absurdo.

OAB e TAM: parceria garante desconto em pacotes de viagem

Sarita Drumond: 12% de desconto para nós e quatro acompanhantes.

Rosa Cris: Isso é uma maravilha, vamos aproveitar!

Aprovado na CCJ da Câmara projeto que cria sociedade individual do advogado

Beatriz Dottori: Espero que não demore, será uma grande conquista.

Cleyson Melegari: Vai permitir ao advogado que atua sozinho usufruir dos benefícios da formalização.

JEC de Bangu garante à subseção local agilidade para mandados de pagamento

Davi Fernandes: A realidade dos cartórios de Bangu não é tão bela assim, não. Principalmente a do 17° JEC, onde leva quase um ano para processar e quase dois meses para assinar um mandado. Vou esperar sentado, afinal, em pé cansa. De qualquer forma, parabenizo nossa presidência pelo esforço atribuído a uma boa causa.

DEPARTAMENTO DE JORNALISMO DA OAB/RJ

Diretor:
Felipe Santa Cruz

Superintendente de Comunicação:
Marcelo Moutinho
marcelo.moutinho@oabrj.org.br

TRIBUNA DO ADVOGADO
Fundada em 1971 por José Ribeiro de Castro Filho

Editora: Patrícia Nolasco (MTB 21.584)
patricia.nolasco@oabrj.org.br

Editor assistente: Eduardo Sarmento
eduardo.sarmento@oabrj.org.br

Projeto gráfico e diagramação: Victor Marques
victor.marques@oabrj.org.br

Impressão: Esdeva
Tiragem: 121.000 exemplares

Portal da OAB/RJ
www.oabrj.org.br

Editora: Amanda Lopes
amanda.lopes@oabrj.org.br

Redes sociais
www.facebook.com/oabrj
twitter.com/OABRJ_oficial

Editora: Marina Iris
marina.iris@oabrj.org.br

Reportagem:
Cássia Bittar
cassia.bittar@oabrj.org.br
Nádia Mendes
nadia.mendes@oabrj.org.br
Renata Loback
renata.loback@oabrj.org.br
Vitor Fraga
vitor.fraga@oabrj.org.br

Fotografia:
Bruno Marins e Lula Aparício

Design gráfico:
Flávia Marques e Raphael Carneiro

Assessoria de Imprensa

Franco Thomé
franco.thome@oabrj.org.br
Suzi Melo
suzi.melo@oabrj.org.br

Publicidade

Gestão de Negócios
Comunicação Integrada Ltda.
Enio Santiago
enio@gestaodenegocios.com.br
Paulo Santos
paulosantos@gestaodenegocios.com.br
Tels: (21) 2245-8660 / 2556-8898

Departamento de Jornalismo e Publicações
Av. Marechal Câmara, 150 - 7º andar - Castelo
Rio de Janeiro - CEP: 20020-080
Tel: (21) 2730-6525 / 2272-6150
tribunadoadvogado@oabrj.org.br

Índice

Página 6 — **Entrevista** Marcos Kac, promotor de Justiça

Página 8 — Felipe Santa Cruz apresenta as prioridades da nova gestão, diretoria aponta metas de trabalho. Confira os resultados do pleito e o Conselho Seccional eleito

Página 13 — Anuidade pode ser parcelada em 10 vezes

TRIBUNA LIVRE

Página 15 — Colegas falam de suas expectativas para o triênio

Página 17 — Custo do Judiciário no Brasil é um dos mais altos do Ocidente, revela estudo

ESPAÇO ABERTO

Página 20 — Ronaldo Coutinho analisa a tragédia ambiental de Mariana

Página 22 — Livro de Chico Otávio e Aloy Jupiara mostra a aliança do jogo do bicho com a ditadura

Página 26 — Comissão de juristas trabalha para reduzir burocracia no país

Página 29 — Na série *Leis, mas só no papel*, o incômodo pinga-pinga dos aparelhos de ar condicionado

OPINIÃO

Página 30 — Os julgamentos que a Receita insiste em manter secretos, segundo Maurício Faro e Gilberto Fraga

Página 24 — **PontoContraPonto** A Lei do Direito de Resposta, nas visões divergentes do senador Roberto Requião e do secretário da Abraji, Guilherme Alpendre

PANORAMA

Página 32 — Os eventos de novembro e dezembro na Seccional

SUBSEÇÕES

Página 36 — Presidentes eleitos das subseções da OAB/RJ falam dos planos para o triênio

ESTANTE

Página 44 — PEC das Domésticas, Direito da sociedade de informação e sustentabilidade nos lançamentos

CAARJ

Página 46 — Projeto *Fome de leitura* coleta 10 mil livros em um mês

CULTURA

Página 47 — Mostras no MAM e espetáculos com descontos. Na *Dica*, as histórias do samba-canção

Página 50 — **Vida Privada** José Ricardo Pereira Lira gosta de surf com stand up paddle. A Lagoa é seu lugar preferido

‘Federações formam castas, as pessoas entram para galgar posições de poder e riqueza’

Responsável pela investigação que levou ao desmantelamento da chamada máfia dos ingressos na Copa de 2014, o promotor de Justiça Marcos Kac acredita que os tribunais superiores proverão os recursos do Ministério Público do Rio de Janeiro contra a decisão judicial estadual que entendeu não haver provas contra o inglês Raymond Whelan, executivo da empresa licenciada pela Fifa para a venda de entradas. Nesta entrevista, Kac, professor de Direito Penal, também defende mudanças nas federações esportivas, locais e internacionais.

PATRÍCIA NOLASCO

As mudanças previstas na Fifa, a serem votadas no congresso que elegerá o novo presidente em fevereiro, são satisfatórias para dar mais transparência e evitar corrupção na entidade? Ou, como disse Zico, a Fifa tem que recomeçar do zero para recuperar credibilidade?

Marcos Kac – O grande problema da Fifa, enquanto organismo internacional, e da CBF no Brasil, sendo ambas instituições de direito privado, é que apesar de captarem tanto dinheiro, público e privado, e mexerem com grandes públicos de torcedores, se acham no direito de não prestar contas de nada. Isso realmente precisa mudar, tanto nas federações locais como nas internacionais. E não é só com futebol, acontece em todos os esportes, como vôlei, remo – volta e meia há notícias de problemas. As federações formam castas, onde as pessoas entram para galgar posições de poder e riqueza, não para trabalhar em prol do esporte. Isso, falando de uma forma muito genérica.

Na Copa de 2014, o senhor atuou no desmantelamento da chamada máfia dos ingressos. A Justiça arquivou a ação penal contra o inglês Raymond Whelan, executivo da Match Services – empresa licenciada pela Fifa para a venda de ingressos – e sobrinho de Joseph Blatter, dirigente afastado. Em que pé está o processo contra os demais réus?

Marcos Kac – O desembargador *[Luiz Noronha Dantas, da 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro]* decidiu que não havia elementos em face do Raymond, mas essa decisão não transitou em julgado. O Ministério Público desafiou dois recursos. Um especial, no Superior Tribunal de Justiça, e outro, extraordinário, no Supremo Tribunal Federal. Então, a última palavra vai ser das cortes superiores. Acredito que devam ser decididos com uma certa celeridade. Na verdade, o ponto nodal da questão a gente perdeu, era ter o Whelan no meio do processo do Fofana [o franco-argelino Mohamadou Lamine Fofana, acusado de liderar a quadrilha internacional que vendia no mercado negro os ingressos para a Copa], e dos demais cambistas que são réus na ação penal. Mesmo que Whelan volte a ser processado, será em outra ação. Acredito que o STJ e o STF vão prover os recursos, vamos aguardar. A decisão no Rio diz que não havia elementos contra ele, mas tudo o que tem no processo são elementos contra o Whelan. Na minha opinião, mais do que suficientes para o recebimento da denúncia e a decretação da prisão, como foi feito à época. Tanto é assim que o fato avançou por conta desse processo inicial, o Brasil teve essa primazia, embora não tenha conseguido chegar ao Blatter. Mundo afora existem várias ações, na Alemanha, na África do Sul – como havia nos Estados Unidos –, para entender como a corrupção na Fifa efetivamente funcionava, de que forma. Foi a partir da nossa investigação, desmantelando a máfia dos ingressos. Decisão judicial a gente cumpre e respeita, mas tudo o que há são exatamente provas contundentes contra o Whelan, o Fofana e os outros.

Na sua opinião, a entrada em campo da Primeira Liga é um passo para a criação de uma entidade que possa se contrapor ao poder da CBF na organização do futebol brasileiro?

Marcos Kac – Os clubes já tentaram, em várias oportunidades, ter mais poder perante a CBF, decidir as questões mais sensíveis a eles, como aconteceu através do Clube dos 13. Mas acaba que a entidade não vai adiante porque em determinado momento os interesses próprios de cada clube se contrapõem e alguém rói esse elo. Acho que no caso da Liga é muito mais em relação às federações locais do que em relação à CBF, porque ela retiraria, digamos assim, um pouco de poder dos campeonatos estaduais. Acredito que toda posição dos clubes deva ser efetivamente leva-

da em consideração tanto pelas federações locais como pela nacional, porque são eles efetivamente que contratam os jogadores, os atores do espetáculo. É impossível que as federações tomem as decisões que digam respeito a eles sem uma consulta. Só para exemplificar, a Federação do Rio de Janeiro, chutando, tem uns 300, 400, filiados. Como pode um time como o Flamengo, ou o Vasco, o Fluminense, o Botafogo, com milhões de torcedores espectadores, ter o mesmo peso que uma liga amadora, de uma cidadezinha no Noroeste do estado, onde quaisquer R$ 5 mil compram uniformes e chuteiras e resolvem seu problema? Quer dizer, quem tem que resolver as questões do campeonato carioca é a federação com os quatro grandes, tendo também poder os times da primeira divisão. São esses que têm que decidir. Ter uma liga amadora, do interior, com peso quase que equivalente ao dos grandes clubes é um escárnio. Mas é através desses votos que as federações são nominadas e os dirigentes delas, em todos os estados, se perpetuam no poder, anos a fio. São feudos. Há federação em que o presidente está lá há 30 anos. São os donos do futebol. O Caixa D'Água [Eduardo Viana, falecido] ficou anos, e o senhor Rubens Lopes [atual presidente da Ferj] está há anos comandando o espetáculo. Então, acho importante a Liga. Não acho que vá retirar poder completamente, mas é um sinal de alerta de que não estamos satisfeitos com esse modelo. A federação, por exemplo, leva 10% de todos os jogos. Às vezes os times grandes pagam para jogar; o que arrecadam é insuficiente para as custas e no entanto desembolsam os 10%, o que é um valor exorbitante. Imagine uma renda de R$ 1 milhão: são R$ 100 mil para a federação. Fora o que elas ganham em contratos de patrocínio fechados fora do campeonato. A verdade é: precisamos privilegiar o espectador. Não adianta ter uma fórmula de campeonato arcaica, que só privilegia a federação e o seu dirigente, em detrimento de quem consome. Cada vez tem menos gente indo aos estádios, que estão ficando vazios por uma série de motivos – violência, horário dos jogos, que quem determina é a televisão, preço dos ingressos. Tudo tem que ser repensado. Um jogo é melhor quando o estádio está cheio com as torcidas. O jogador sente a diferença.

Um estudo do professor Pedro Trengrouse, da FGV, estima que as apostas pela internet feitas por brasileiros em sites esportivos hospedados fora do país, principalmente em paraísos fiscais, já representariam um volume de US$ 600 milhões/ano. Não há regulação ou tributação. Qual a sua opinião a respeito?

Marcos Kac – A gente tem que repensar toda essa questão referente ao jogo no Brasil. Tem ligação com o futebol, mas também com o turfe, e os jogos em geral. Centenas de países permitem o jogo, têm controle e arrecadam sobre ele nessa indústria que chama o turismo, movimenta a economia. Se brasileiros estão apostando esse volume de dinheiro e o país não está tirando nenhum proveito econômico, não está arrecadando nada, isso precisa ser pensado. Jogo do bicho e caça-níqueis até hoje estão aí, não acabam, tem gente milionária e o país não recebe imposto algum.

Foto: Bruno Marins

Prerrogativas, sociedade unipe

Felipe Santa Cruz, presidente reeleito da OAB/RJ com 68% dos votos da advocacia, aponta, nesta entrevista, as prioridades e os desafios do próximo mandato (2016/2018). A defesa das prerrogativas será o coração da Seccional e terá sua estrutura fortalecida e levada ao interior. A continuidade do projeto *OAB Século 21* e a luta pela criação da sociedade unipessoal, para incluir mais colegas no Simples, serão vitais, assim como os esforços incansáveis e o fôlego para enfrentar, com racionalidade administrativa, os tempos difíceis vividos pelo país.

MARCELO MOUTINHO

Que balanço o senhor faz das eleições da OAB realizadas em 16 de novembro?

Felipe Santa Cruz – Foi um processo positivo. Pela primeira vez na história da OAB/RJ, quatro chapas se inscreveram para a disputa. Isso, por si só, já demonstra a riqueza democrática da nossa entidade. Ademais, ao contrário de outras eleições, tivemos uma disputa sem ofensas pessoais. É um fato que valoriza as eleições e demonstra que houve maturidade dos candidatos. É sempre difícil discutir com seriedade e profundidade em um momento tão dramático como o que o Brasil atravessa. Os advogados estão sofrendo com a incerteza e a crise, e sabemos que isso gera grandes preocupações e frustrações. Nesse quadro, acredito que foi um processo responsável e, diferentemente de outros pleitos, com muito menos espalhafato eleitoral. Não posso deixar de analisar o resultado, visto que nossa chapa foi a escolhida por sete em cada dez advogados votantes. Isso nos confere grande legitimidade, mas também aumenta, e muito, a responsabilidade. Sou um homem de poucas comemorações e, assim como na primeira eleição, já estava trabalhando às 5h do dia seguinte. De minha parte, resta a gratidão pelo enorme apoio e a vontade de dirigir a entidade para todos, os que votaram e os que não votaram em meu nome. É realmente uma grande honra o apoio de tantos colegas ao nosso trabalho.

Quais os planos mais imediatos para a nova gestão?

Felipe – A mensagem das urnas foi clara. Não lê quem não quer. A OAB/RJ deve centrar suas forças no tema das prerrogativas e na manutenção da gestão que pôs a casa em ordem. Os advogados reconhecem que hoje a Seccional atende aos seus anseios corporativos, mas quer avanços na defesa do papel do advogado nos processos e na sociedade. Estamos atentos a isso.

Logo após anunciado o resultado, o senhor afirmou que as prerrogativas serão a grande prioridade no triênio. De que forma a questão será trabalhada pela OAB/RJ?

Felipe – Vamos remodelar a Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas (Cdap). Criaremos um telefone 0800 para receber denúncias e uma estrutura capaz de atuar em várias frentes. A Cdap passará a ser o coração de fato da entidade. Esse é nosso grande passo e haverá grandes inovações. Além disso, cumprindo compromisso assumido durante a campanha, lançaremos o programa *Prerrogativa itinerante*, para conscientizar magistrados e serventuários de todo o estado sobre a importância do respeito ao trabalho do advogado.

Outro ponto de sua plataforma é a luta pela criação da sociedade unipessoal, que permitiria a inclusão de mais advogados no Simples. Como a Seccional pode ajudar nessa empreitada, que é matéria do Congresso?

Felipe – Nossa luta por uma carga tributária mais justa para o advogado é conhecida e respeitada. A inclusão da advocacia no Simples foi um dos resultados desse esforço. Pela natureza da matéria, a criação da sociedade unipessoal, que ampliaria a rede dos colegas com acesso aos benefícios do Simples, só poderá funcionar com a continuação da aliança e do entrosamento com o Conselho Federal. Tenho certeza de que manteremos com o futuro presidente, Claudio Lamachia, a mesma harmonia e trabalho que construímos com Marcus Vinicius Furtado Coêlho. E, assim, seremos vitoriosos também neste pleito.

Como será o relacionamento com as subseções? Haverá novidades no projeto *OAB Século 21*?

Felipe – Nosso relacionamento é de profundo respeito. Os presidentes das subseções são líderes da classe, todos eleitos com a finalidade de lutar por dias melhores para os advogados de suas comarcas. A prova da boa relação é que em várias comarcas tivemos o apoio da totalidade das chapas inscritas. Daremos continuidade ao projeto *OAB Século 21*. Ficou claro o apoio da classe ao modelo que moderniza as salas e dignifica a profissão. Um grande trabalho será o de manutenção e ampliação da nossa capacidade tecnológica, com a instalação de 12 novos núcleos digitais e 470 computadores. Todos sabem que isso custa dinheiro e, em tempos de inflação e crise, a continuidade do projeto vai depender ainda mais de sacrifício e criatividade.

E a política com relação à anuidade?

Felipe – A grande dificuldade é manter todos os serviços da Ordem e, ao mesmo tempo, não onerar ainda mais os advogados. Não há milagre possível. Vivemos um momento de inflação alta, crise que aumenta a inadimplência e temos que lidar com contas básicas, como luz e pessoal. Por isso mesmo, a diretriz é total rigor nos gastos e a busca permanente de excelência nos investimentos. São escolhas que devemos fazer todos os dias para salvaguardar o dinheiro dos advogados.

Em sua primeira gestão, a OAB/RJ passou por uma reforma administrativa cujo objetivo foi cortar gastos e otimizar investimentos. De lá para cá, a situação econômica do país piorou. Quais os desafios da Seccional diante desse cenário?

ssoal e os desafios do triênio

Felipe – Qualquer pai ou mãe de família sabe os desafios que estamos passando na administração das contas. Basta imaginar quanto custa manter nossas sedes e o funcionamento de uma estrutura que atende aos advogados e aos cidadãos. Hoje temos, na OAB/RJ, racionalidade administrativa. Todos os gastos são rigorosamente controlados e recorremos à criatividade para garantir novos investimentos. Bom exemplo é o projeto *OAB Século 21*, cujo mobiliário é feito por equipe própria, internamente, assegurando menos despesas e qualidade. Vamos administrar os recursos da casa – que, na verdade, são recursos da própria classe – com zelo e responsabilidade.

Como a OAB/RJ atuará para auxiliar o advogado na adaptação ao novo Código de Processo Civil, que entra em vigor em 2016?

Felipe – Temos experiência em grandes projetos de qualificação. Fizemos isso no processo eletrônico. Já realizamos muita coisa com relação ao novo CPC, do que é exemplo o curso online gratuito que temos em nosso site. Agora vamos interiorizar ainda mais os cursos, levando esse conhecimento a todo o estado, e fazer grandes seminários na capital. A OAB/RJ estará lado a lado com o advogado, auxiliando-o.

E quanto ao trabalho de auxílio na adaptação ao processo eletrônico? Que novos passos serão dados?

Felipe – Continuará sendo feito. A Ana Amelia Menna Barreto, que é uma referência nacional na matéria, será secretária-adjunta da OAB/RJ na próxima gestão e continuará cuidando dos nossos projetos. Isso, por si só, me parece uma garantia do compromisso assumido.

Se hoje fosse dia 31 de dezembro de 2018, data em que o novo mandato se encerra, e o senhor olhasse para trás, para os seis anos de gestão, que legado gostaria de deixar como presidente da OAB/RJ?

Felipe – Sou movido a desafios. Quando atinjo um objetivo, minha cabeça cria novas metas. Vou trabalhar ainda mais para construir a OAB que queremos e de que precisamos no próximo triênio. Quem poderá futuramente falar sobre o legado que deixaremos são os advogados, isso não cabe a mim. Espero sinceramente que avaliem satisfatoriamente a nossa gestão. É para isso, para realizar os anseios dos colegas, que trabalhamos todos os dias. É este o nosso maior compromisso.

Foto: Bruno Marins

Os planos para o triênio

Diretoria eleita estabelece como pilares da gestão 2016-2018 a preparação para as mudanças no CPC, a interligação administrativa entre a Seccional e as subseções, a plena inclusão digital e o fortalecimento da defesa das prerrogativas. Na Caarj, a meta é ampliar os serviços.

Vice-presidente

Cramer aponta necessidade de preparar para CPC

Um dos grandes desafios a serem enfrentados nos próximos anos será a preparação da advocacia para as mudanças no Código de Processo Civil (CPC). Essa é a opinião do vice-presidente reeleito, Ronaldo Cramer, que como processualista e professor da matéria acompanhou de perto a gestação da lei. "O novo CPC consagrou várias conquistas pelas quais vínhamos lutando há muito tempo, sobretudo em relação aos nossos honorários e garantias processuais. No entanto, como traz inovações para tentar resolver os principais problemas do sistema de Justiça, precisa ser estudado e compreendido pelo advogado. Quem não o conhecer terá grande dificuldade de exercer a profissão", afirma.

Cramer destaca ainda o processo eletrônico e as prerrogativas. "Pretendo ajudar o presidente Felipe a organizar e implementar um grande programa de capacitação para o novo CPC, com cursos, palestras e aulas online, levando essas iniciativas para todas as subseções. Ainda temos o processo eletrônico, que, na próxima gestão, deverá ser implantado na primeira instância. Também não posso deixar de mencionar a defesa das prerrogativas dos advogados. Independentemente do que já se fez, essa tem que ser sempre a nossa principal pauta".

Foto: Bruno Marins

Secretário-geral

Marcus Vinicius: administração com subseções

A secretaria-geral da Seccional tem diversas funções estatutárias, seja nas sessões do Conselho, na administração da entidade, na relação com os funcionários, entre outros. Na próxima gestão, o secretário-geral reeleito, Marcus Vinícius Cordeiro, pretende incluir nessa lista a organização conjunta da administração da Seccional e das subseções. "Ainda não fizemos essa interligação com os secretários-gerais das subseções, que poderia, por exemplo, ajudar a unificar procedimentos em relação ao funcionalismo, criar novas formas de administrar. Nessa gestão temos a perspectiva de unificar esse trabalho, talvez instigar junto ao Conselho Federal a realização de uma reunião com os secretários das seccionais", propõe.

Para Marcus Vinícius, a atual gestão consolidou o processo de reinauguração da Ordem como instrumento da cidadania e da advocacia. "É preciso entender o que o advogado quer, quais suas demandas. Ser o porta-voz junto aos poderes constituídos, principalmente o Judiciário. Devemos estar atentos a formas de a Ordem contribuir para melhorar a prestação dos serviços, a formação profissional", pondera.

Foto: Bruno Marins

Secretária-adjunta

Ana Amelia visa inclusão digital plenadaadvocacia

A capacitação dos colegas para a atuação no âmbito do processo eletrônico é um trabalho cotidiano da secretária-adjunta eleita, Ana Amelia Menna Barreto – que, além de especialista em Direito Digital, exerce atualmente o cargo de diretora de Inclusão Digital da Seccional. "A OAB/RJ sempre se destacou por suas iniciativas de vanguarda, e nesse caminho intensificaremos as ações para se atingir a inclusão digital plena da advocacia. Serão oferecidos novos formatos de capacitação para dispositivos móveis, equipamentos, segurança da informação e ferramentas digitais que facilitam a vida profissional do advogado ponto.com", anuncia.

Ana Amelia explica ainda que os colegas do interior passarão também a ser atendidos pela Escola de Inclusão Digital, com os cursos básicos e os novos modelos de capacitação. "Passaremos a focar na inovação, adotando e criando aplicativos e soluções voltadas para as necessidades da advocacia em meio digital. Também pretendemos organizar uma grande feira, que acontecerá ainda no primeiro semestre de 2016. Os colegas podem contar sempre com nosso compromisso inabalável de trabalho pela advocacia em meio digital", completa.

Foto: Bruno Marins

Tesoureiro

Luciano anuncia Portal da Transparência

As prerrogativas e a transparência serão os pilares fundamentais da Tesouraria da Ordem para a próxima gestão. "Vamos criar o Portal da Transparência da OAB/RJ, além de dar continuidade à implementação do plano de gestão que começou há três anos. A ideia é que nessa próxima administração iniciemos o processo de redução gradativa da anuidade", afirma o tesoureiro reeleito, Luciano Bandeira.

Ele explica que as prerrogativas serão prioridade absoluta no próximo triênio. "Sem abandonar o projeto *OAB Século 21* e outros da casa, as prerrogativas serão o foco principal do trabalho. Vamos ampliar o poder efetivo de atuação da Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas (Cdap), com mais investimentos. Da mesma forma que a Seccional levou infraestrutura a todos os lugares do estado, faremos agora uma espécie de *OAB Século 21* na Cdap", compara. Dessa forma, as subseções terão suas comissões fortalecidas para atuar diante de qualquer violação. "Em todos os pontos do Rio de Janeiro, o órgão estará aparelhado para atuar da melhor forma possível na defesa do exercício profissional. Como isso depende de alocação de verbas, estarei à frente desse processo", conclui.

Foto: Lula Aparício

Presidente da Caarj

Marcellopretende expandir serviços de lazer da Caixa

Marcello Oliveira assumiu a Caarj em 2013 com a promessa de remodelar a entidade com uma série de novos projetos. Assim o fez. Sob o slogan *Mais do que você imagina*, levou serviços para além do exercício profissional dos colegas, dividindo-os em eixos de atuação que contemplam não só a assistência social, mas também os momentos de lazer, saúde e bem-estar.

"Houve uma redefinição do papel da Caarj. Nós traçamos esse objetivo e atingimos. Precisávamos distinguir os serviços que eram oferecidos para os advogados, para que a imagem da Caixa não fosse confundida com o papel da Ordem", explica Marcello, destacando ações como a *Prevenção itinerante*, que este ano, pela primeira vez, percorreu todas as subseções; a criação das *Tendas Bem estar* e as inovações do Eixo Cultural.

Para os próximos três anos, ele pretende expandir os serviços, interagindo cada vez mais com os colegas para criar ações voltadas às demandas específicas. "Queremos reproduzir também o modelo do Clube dos Advogados, em Maricá, criando novas unidades. No mais, o que pudermos imaginar de atividades de lazer nós procuraremos trazer para os advogados e suas famílias".

Foto: Bruno Marins

Felipe venceu em 278 das 279 urnas

No dia 16 de novembro, 64.457 advogados e advogadas participaram das eleições na OAB/RJ, em 279 urnas espalhadas por todo o estado. Dos 54.389 votos válidos, Felipe Santa Cruz recebeu 37.002 (68,03%), sendo reconduzido ao cargo de presidente da Seccional para o triênio 2016-2018.

Do total de votos, 6.630 foram nulos e 3.438, em branco. O candidato Luciano Viveiros teve 8.112 votos (14,91% do total dos válidos); Leandro Mello Frota, 7.371 (13,55%); e Roque Z. Vieira, 1.904 (3,5%).

Com Felipe Santa Cruz, foram eleitos a diretoria e o Conselho Seccional, os representantes do Rio de Janeiro no Conselho Federal e a diretoria da Caarj, que será novamente presidida por Marcello Oliveira. Confira abaixo.

DIRETORIA DA OAB/RJ
PRESIDENTE: FELIPE DE SANTA CRUZ OLIVEIRA SCALETSKY
VICE-PRESIDENTE: RONALDO EDUARDO CRAMER VEIGA
SECRETÁRIO-GERAL: MARCUS VINICIUS CORDEIRO
SECRETÁRIA-ADJUNTA: ANA AMELIA MENNA BARRETO DE CASTRO FERREIRA
TESOUREIRO: LUCIANO BANDEIRA ARANTES

CONSELHEIROS SECCIONAIS
ALEXANDRE FREITAS DE ALBUQUERQUE
ALFREDO HILARIO DE SOUZA
ÁLVARO SÉRGIO GOUVÊA QUINTÃO
ANTONIO RICARDO CORREA DA SILVA
ANTONIO VANDERLER DE LIMA JUNIOR
ARMANDO CESAR DE ARAUJO PEREIRA BURLAMAQUI
ARNON VELMOVITSKY
ARY LITMAN BERGHER
BERITH JOSÉ CITRO LOURENCO MARQUES SANTANA
BERNARDO PEREIRA DE CASTRO MOREIRA GARCIA
BRENO MELARAGNO COSTA
BRUNO TEIXEIRA DUBEUX
CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO FILHO
CARLOS ANDRE RODRIGUES PEDRAZZI
CARLOS EDUARDO DE CAMPOS MACHADO
CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO
CLARISSA COSTA CARVALHO
DANIELA GALVAO DA SILVA REGO ABDUCHE
DANIELE GABRICH GUEIROS
DÉA RITA MATOZINHOS OLIVEIRA
DEIVIS MARCON ANTUNES
EDUARDO ABREU BIONDI
EDUARDO ANTÔNIO KALACHE
EDUARDO MANEIRA
FÁBIO NOGUEIRA FERNANDES
FERNANDA LARA TÓRTIMA
FERNANDO OROTAVO LOPES DA SILVA NETO
FLÁVIO ANTONIO ESTEVES GALDINO
FLÁVIO VILLELA AHMED
GABRIEL FRANCISCO LEONARDOS
GERALDO ANTONIO CRESPO BEYRUTH
GILBERTO FRAGA
GUILHERME DE CASTRO GOUVÊA
GUILHERME GUERRA D ARRIAGA SCHMIDT
GUSTAVO ANDRÉ MULLER BRIGAGÃO
JANSENS CALIL SIQUEIRA
JOÃO AUGUSTO BASILIO
JOÃO PEDRO CHAVES VALLADARES PÁDUA
JONAS GONDIM DO ESPIRITO SANTO
JONAS OBERG FERRAZ
JOSE RICARDO PEREIRA LIRA
JULIA DE MORAES VARELA ABREU FERNANDES
JULIANA HOPPNER BUMACHAR SCHMIDT
JULIANA VILELA OLIVEIRA
LEONARDO PIETRO ANTONELLI
LEONARDO RZEZINSKI
MAÍRA COSTA FERNANDES
MARCELA LIMA ROCHA CINTRA VIDAL
MARCELO CURY ATHERINO
MARCELO DICKSTEIN
MARCELO FEIJÓ CHALRÉO
MARCIO VIEIRA SOUTO COSTA FERREIRA
MARCOS BRUNO
MARCOS LUIZ OLIVEIRA DE SOUZA
MARIA ALICIA LIMA PERALTA
MARTA CRISTINA DE FARIA ALVES
MAURÍCIO PEREIRA FARO
MURILO CEZAR REIS BAPTISTA
PAULO CESAR SALOMÃO FILHO
PAULO RENATO VILHENA PEREIRA
RACHEL LOUISE BRAGA DELMÁS LEONI LOPES DE OLIVEIRA
RANIERI MAZZILLI NETO
RAQUEL PEREIRA DE CASTRO ARAUJO
RICARDO LORETTI HENRICI
RITA DE CÁSSIA SANT´ANNA CORTEZ
ROBERTO MONTEIRO SOARES
RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA
ROMUALDO MENDES DE FREITAS FILHO
SAMANTHA PELAJO
SÉRGIO DE OLIVEIRA CARPI
TULIO CLAUDIO IDESES
VÂNIA SICILIANO AIETA
WANDERLEY REBELLO DE OLIVEIRA FILHO
WILLIAMS PEREIRA JUNIOR
YURI SARAMAGO SAHIONE DE ARAUJO PUGLIESE

CONSELHEIROS SUPLENTES
ADERSON BUSSINGER CARVALHO
ANA BEATRIZ BASTOS SERAPHIM
ANA GABRIELA BURLAMAQUI DE CARVALHO VIANNA
ANA PAULA SANTORO PIRES DE CARVALHO ALMEIDA
ANDERSON ELISIO CHALITA DE SOUZA
ANDRÉ ANDRADE VIZ
ANDRÉ PORTO ROMERO
ANDRÉA CRISTINA VENTURA DOS SANTOS
ARMANDO SILVA DE SOUZA
BEATRIZ SAMPAIO NÓVOA
CAMILA FREITAS RIBEIRO
CARLA GOES LOPES ANJO
CAROLINA PEDERNEIRAS LOPES
CAROLYNE ALBERNARD GOMES
CLAUDIO DA FONSECA VIEIRA
CLAUDIO GOULART DE SOUZA
DANIEL CORRÊA HOMEM DE CARVALHO
DANIEL DUQUE MARQUES DOS REIS
DENISE BECK PEREIRA NUNES
DIOGO TEBET DA CRUZ
DOUGLAS BLAICHMAN
EDUARDO DE SOUZA GOUVEA
ELEN MARQUES SOUTO
ESTELA ARANHA
FABIO LUIZ FERREIRA
FABIO PERRONE CAMPOS MELLO
FÁBIO PIMENTEL DE CARVALHO
FILIPE ORLANDO DANAN SARAIVA
FREDERICO CHALHOUB E SILVA
GODOFREDO MENDES VIANNA
IGOR MUNIZ
JEFFERSON DE FARIA SOARES
JOÃO PEDRO EYLER PÓVOA
JOAQUIM TAVARES DE PAIVA MUNIZ
JOB ELOISIO VIEIRA GOMES
JOSÉ ADEMAR ARRAIS ROSAL FILHO
JOSÉ AGRIPINO DA SILVA OLIVEIRA
JOSÉ PINTO SOARES DE ANDRADE
JOSÉ TEIXEIRA FERNANDES
LUCIANA ANDRÉ LEVY
LUIZ AMÉRICO DE PAULA CHAVES
LUIZ ANDRÉ DE BARROS VASSERSTEIN
LUIZ FELIPE CONDE
LUIZ PAULO PIERUCCETTI MARQUES
MARA DE FÁTIMA HOFANS
MARCELO JUCÁ BARROS
MARCIA CRISTINA DOS SANTOS BRAZ
MÁRCIA DINIS
MARIA DE FATIMA RIBEIRO CABO
MARIA LUIZA DE LUNA BORGES SARAIVA
MARIANA FREITAS DE SOUZA
MONICA ALEXANDRE SANTOS
MONICA PRUDENTE GIGLIO
MONICA SOARES BARBOSA
OLAVO FERREIRA LEITE NETO
PAULA DE OLIVEIRA MARINHO ALVES DE MENEZES
PAULA HELENO VERGUEIRO
PAULO HENRIQUE TELES FAGUNDES
PAULO PARENTE MARQUES MENDES
RAFAEL CAETANO BORGES
RAPHAEL MONTENEGRO HIRSCHFELD
REGINA CELIA COUTINHO PEREIRA REAL
REYNALDO SOARES VELLOSO
RILLEY ALVES WERNECK
ROBERTO FERREIRA DE ANDRADE
RODRIGO ETIENNE ROMEU RIBEIRO
ROGERIO CARLOS PEDROSA TRAVASSOS
SANDRA CRISTINA MACHADO
SERGIO LUIZ PINHEIRO SANT ANNA
SILVESTRE DE ALMEIDA TEIXEIRA
SOLANGE FERREIRA DE MOURA
SONIA MARIA ALVES COSTEIRA
SONIA REGINA DIAS MARTINS
SYDNEY LIMEIRA SANCHES
THAISA XAVIER CHAVES
VALERIA TEIXEIRA PINHEIRO
VINICIUS NEVES BOMFIM
WAGNER MADRUGA DO NASCIMENTO
WALDIR NILO PASSOS FILHO
WILSON FERNANDES PIMENTEL

CONSELHEIROS FEDERAIS
CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO
LUIZ GUSTAVO ANTÔNIO SILVA BICHARA
SÉRGIO EDUARDO FISHER
SUPLENTES:
FLAVIO DIZ ZVEITER
JONAS LOPES DE CARVALHO NETO
JOSE ROBERTO DE ALBUQUERQUE SAMPAIO

DIRETORIA DA CAARJ
PRESIDENTE: MARCELLO AUGUSTO LIMA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE: FREDERICO FRANÇA MORGADO FERREIRA MENDES
SECRETÁRIA-GERAL: NAIDE MARINHO DA COSTA
SECRETÁRIA-ADJUNTA: MARISA CHAVES GAUDIO
TESOUREIRO: RENAN AGUIAR
SUPLENTES:
ADILZA DE CARVALHO NUNES
ANA CAROLINA LIMA DA COSTA
NARA DA ROCHA SARAIVA

Anuidade de 2016 pode ser parcelada em até dez vezes

Os colegas poderão parcelar a anuidade em três, seis ou dez vezes, de 11 de dezembro a 11 de janeiro. Os valores para cada modalidade podem ser conferidos no site da Seccional – www.oabrj.org.br. Após esse período, novas condições de pagamento serão divulgadas.

A OAB/RJ começou a enviar aos advogados, em novembro, os boletos referentes à anuidade de 2016. Até o dia 10 de dezembro os colegas puderam efetuar o pagamento à vista com 10% de desconto, no valor de R$ 895. Para os inscritos a partir de 2012 e para os estagiários, o custo da quitação foi de R$ 782,67 e R$ 558,92, respectivamente. É possível pagar com cartão de crédito.

De acordo com o tesoureiro da Seccional, Luciano Bandeira, não houve aumento real dos valores, e sim uma necessária correção do acúmulo da inflação. "Mantivemos por três anos os R$ 795 para pagamento antecipado à vista. Com a situação inflacionária acumulada e a perspectiva de uma disparada na taxa deste ano, chegando a dois dígitos, foi impossível não fazer esse repasse e manter todos os serviços oferecidos", explicou.

Ainda segundo Luciano, diversos contratos de serviços da OAB/RJ foram reajustados durante o período de congelamento da anuidade. "O aumento é para equilibrar as contas. Continuaremos também com o trabalho de corte de despesas. Estamos, ainda, em um processo de otimização dos custos e serviços prestados pela Seccional", acrescentou.

Vale ressaltar, lembrou o tesoureiro, que, do valor-base arrecadado com as anuidades, nem tudo fica com a OAB/RJ. Em obediência aos artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia, 10% são repassados para o Conselho Federal, 20% para a Caarj, 3% para o Fundo Cultural e 2% para o Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados, regulamentado em provimento do Conselho Federal. Na prática, a Seccional fica com 65% do valor pago pelos colegas e emprega esses recursos em serviços como o *Recorte digital*, o Goldental e o transporte gratuito para advogados, além de equipar e manter as mais de 200 salas da Ordem no estado.

No dia da eleição para a nova diretoria da Seccional e da Caarj, a equipe de reportagem da TRIBUNA acompanhou os candidatos à presidência da OAB/RJ em seus locais de votação: a sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro, no Centro, seção de Felipe Santa Cruz; a da Associação Empregados no Comércio do Rio Janeiro, de Luciano Viveiros; a Escola Superior de Advocacia da OAB/RJ, de Leandro Mello Frota; e o Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica, em Cascadura, de Roque Z Vieira. Lá, foram ouvidos os advogados eleitores para saber o que pleiteavam para a nova gestão.

O que você espera da próxima gestão da OAB/RJ?

Como sou advogado criminal, espero que a Seccional dê mais ênfase às prerrogativas dos colegas que militam nessa área. Principalmente na atuação em presídios e na Vara de Execuções Penais, onde a estrutura para o advogado ainda não é satisfatória.
Luis Felipe Andrada, 28 anos

É importante que haja transparência e que se pense nos advogados que estão começando, diferenciando o valor da anuidade para os colegas em início de carreira e diminuindo a dos estagiários. E dar mais respaldo à representatividade para os advogados nos tribunais, porque muitas vezes os juízes fazem o que querem com a gente e nós não temos voz. Precisamos do reforço do valor da nossa profissão ali.
Luciana Vieira de Souza Correa, 36 anos

Que seja mais atuante em prol dos advogados. Acho importante também a OAB se expressar diante do atual momento político pelo qual o país está passando, sem esquecer o atendimento ao profissional.
Vera Cozac, 69 anos

Acho interessante manter os benefícios que temos atualmente, e espero a redução do valor da anuidade. É importante manter o acesso à Justiça e todos os serviços que a entidade oferece aos colegas.
Rodrigo Lombardi, 37 anos

Como advogado empregado, minha expectativa é que se aprofunde mais a discussão sobre essa categoria na OAB. Sou advogado da Petrobras e percebi uma necessidade maior de aproximação com a Ordem.
Vagner Santos, 35 anos

Espero uma gestão coesa, que olhe mais para as prerrogativas dos advogados e lute mais pela classe.
Luciano Afonso Alves, 37 anos

Fotos: Bruno Marins / Lula Aparicio

Estou muito satisfeita com a OAB/RJ atualmente e espero que a próxima gestão mantenha os serviços oferecidos, que vêm sendo muito utilizados pelos advogados.
Giselly Villela Fernandes, 30 anos

Qual é o preço da Justiça?

Estudo de cientista político gaúcho traça diagnóstico dos gastos do Estado com o Judiciário brasileiro e aponta que, em termos proporcionais, nosso sistema de Justiça é possivelmente o mais caro do Ocidente. Para estudiosos, grande número de processos e má administração são as principais causas

CÁSSIA BITTAR

Morosidade, falta de juízes e problemas estruturais são, há anos, os motivos da maioria das reclamações de advogados em relação aos fóruns onde militam. Principalmente no Judiciário estadual. Foram esses, inclusive, os tópicos trabalhados pela campanha *Mais Justiça*, realizada pela OAB/RJ em 2014, que fez uma ponte entre os colegas e o Tribunal de Justiça (TJ) para buscar, junto à corte, possíveis soluções.

Frente a um cenário de lentidão da prestação jurisdicional, a conclusão automática que tende a ser feita é de que falta investimento no Poder Judiciário. Porém, o estudo *Abrindo a caixa-preta: três décadas de reformas do sistema judicial do Brasil*, parceria do cientista político Luciano da Ros, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com Matthew Taylor, da American University, de Washington (EUA), traz dados que quebram essa crença.

Na prévia da pesquisa – o trabalho completo só ficará pronto em 2016 –, publicada em agosto pelo Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e denominada *O custo da Justiça no Brasil: uma análise exploratória*, Ros compara as despesas do Brasil com as de outros países no que concerne ao sistema judiciário e constata que, proporcionalmente à renda, temos uma das Justiças mais caras do Ocidente.

Ros e Taylor utilizaram dados oficiais como o *Justiça em números*, relatório anual do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) considerando os diferentes ramos do Judiciário – estadual, federal, trabalhista, militar e eleitoral – e todos seus níveis hierárquicos – da primeira instância ao Supremo Tribunal Federal (STF), incluindo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Segundo o texto, o orçamento global do Poder Judiciário totalizou R$ 62,3 bilhões em 2013, uma quantia maior do que o Produto Interno Bruto (PIB) de 12 estados brasileiros considerados individualmente de acordo com o orçamento anual do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

"Considerando as taxas de câmbio correntes à época da coleta de dados, o orçamento anual per capita do Judiciário brasileiro é equivalente a cerca de US$ 130,32 ou € 94,23. Estes valores são superiores aos de todos os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com exceção dos gastos de tribunais suíços (€ 122,1) e alemães (€ 103,5)", expõem Ros e Taylor no texto.

O estudo mostra que, por habitante, a despesa é muito superior, em valores absolutos, à de países cuja renda média é mais elevada, como Suécia (€ 66,7), Holanda (€ 58,6), Itália (€ 50), Portugal (€ 43,2), Inglaterra (€ 42,2) e Espanha (€ 27), de acordo com dados da European Commission for the Efficiency of Justice (Cepej).

Comparando com países do mesmo continente, a discrepância se torna mais clara: os gastos em valores absolutos per capita com o Judiciário chileno (US$ 34,6), argentino (US$ 19,1) e colombiano (US$ 16,4) são várias vezes inferiores àqueles praticados do Brasil, segundo informações coletadas com o Centro de Estudios de Justicia de las Américas (Ceja).

"Está repercutindo muito a comparação com os países europeus, mas chama mais atenção a disparidade quando analisamos o custo do Judiciário do Brasil frente ao de países com a mesma renda", ressalta Ros, observando que, apesar de se tratar de um diagnóstico inicial, o artigo mostra o tamanho do entrave: "A

Samantha Pelajo

Foto: Lula Aparicio

resposta é que é um problema enorme. Nós gastamos cinco, seis vezes mais do que a maioria dos países do mundo em critérios proporcionais. E, curiosamente, ninguém havia se dado conta disso".

Maior custo é com pessoal

Um dado relevante – principalmente para quem milita na Justiça estadual do Rio de Janeiro, na qual a lentidão processual e a sobrecarga de trabalho apontam para carência de servidores nas comarcas, o que foi analisado também na campanha *Mais Justiça* – é que, segundo o estudo, a folha de pessoal é a principal causa do alto custo.

O dado vai ao encontro do último relatório *Justiça em números*, do CNJ, mostrando que os 27 tribunais estaduais arrecadaram, juntos, 38% da despesa de

Luciano da Ros

Foto: Divulgação

R$ 37,6 bilhões que tiveram em 2014, e que 89% dessas despesas seriam para recursos humanos. Na Justiça do Trabalho, o gasto com essa área passa para 93,5% da receita.

De acordo com a pesquisa da UFRGS, o número de magistrados – cerca de 16,5 mil, o equivalente a aproximadamente 8,2 juízes por 100 mil habitantes – não explica, por si, a disparidade nas despesas, pois não destoa dos outros países. Já os 412 mil servidores – que equivalem a 205 para cada 100 mil habitantes – representariam a maior relação entre os países considerados no estudo.

Frente ao grande número de processos – segundo o CNJ, o saldo em estoque em 2015 é de 71 milhões, representando uma taxa de congestionamento de 71,4%, – não é difícil acreditar que essa grande quantidade de servidores pode ser explicada pela terceirização informal das tarefas dos juízes, que lhes são passadas. "Embora os magistrados sejam individualmente responsáveis por mais casos novos por ano no Brasil do que em outras partes do mundo, o fato é que eles recebem o auxílio de uma força de trabalho significativamente maior para tanto", diz o estudo.

"O que constatamos com esse diagnóstico inicial", oberva Ros, "é que

Luciana Cunha

Foto: Divulgação

temos mais servidores, em muitos casos, mal remunerados, do que qualquer país do mundo. E qual a razão de termos tantos servidores? Porque temos muitos processos. É a única coisa paralela ao enorme custo. A pergunta que fica é: por que tantos casos?".

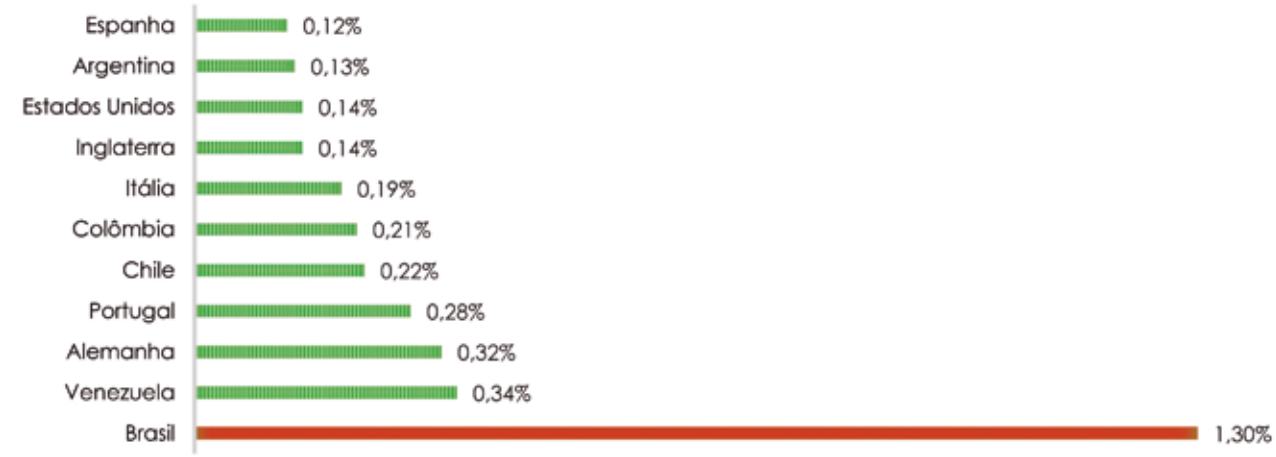
Segundo ele, a resposta poderia estar na cultura da litigiosidade no Brasil e no número crescente das demandas: "Em 1991 tínhamos cerca de cinco milhões de novos casos ingressando no Poder Judiciário por ano. Atualmente, são 28 milhões, um aumento de pouco mais de 500% em 24 anos", aponta, ressaltando que a própria formação acadêmica no Direito é voltada para a litigância: "A carreira de advogado no Brasil ainda é entendida na grande maioria das vezes como litigância: entrar com ações na Justiça ou defender ações que correm no Judiciário. As faculdades não se voltam a mostrar para os estudantes o papel do advogado na realização de contratos, mediação etc".

A coordenadora do Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Fundação Getulio Vargas de São Paulo, Luciana Gross Cunha, reforça: "As escolas de Direito precisam ficar atentas para não se tornarem litigantes. O advogado tem papel importante antes que o conflito se configure como tal. Ele presta uma assistência jurídica que muitas vezes acontece antes, para evitar, justamente, que haja o conflito". Ela acredita que a própria ampliação dos cursos de Direito nas últimas décadas contribuiu para o que chamou de "conflitualidade".

Presidente da Comissão de Mediação da Seccional, Samantha Pelajo afirma que, apesar de não terem o desafogo da Justiça como propósito principal, os meios alternativos de solução de conflitos podem contribuir diretamente para a redução do problema.

"Do ponto de vista prático, os acordos construídos em mediação são reconhecidamente mais adequados e efetivos às peculiaridades da controvérsia, além

Gráfico 1. Despesa do Poder Judiciário como (%) percentual do Produto Interno Bruto, países selecionados



Fontes: CNJ 2014; European Commission for the Efficiency of Justice (CEPEJ) 2014, 32; Centro de Estudios de Justicia de las Américas (CEJA) 2007; National Center for State Courts (NCSC) 2012; Supreme Court of the United States (SCOTUS) 2012.

de infinitamente mais sustentáveis no tempo e do ponto de vista social. Se o Estado, por meio do Poder Judiciário, só for acionado quando as próprias pessoas não tiverem sido capazes de, em processo de mediação prévia, compor seus interesses, teremos a médio ou longo prazo uma redução expressiva no acervo de processos e, consequentemente, no custo do Judiciário nacional", pondera ela, lembrando que a Ordem editou em março deste ano o Pacto Nacional da Advocacia pelos métodos extrajudiciais de resolução de conflitos.

Já Luciana Cunha observa que, em geral, o país não estimula formas alternativas de solução de conflito fora do Judiciário, o que seria o principal caminho para a redução do custo: "A maior parte dos mecanismos de conciliação está sendo abraçada pelo Judiciário. Temos que pensar em mais formas que não dependam dele, porque o Judiciário é finito, assim como o orçamento público".

Para Luciano Da Ros, a estrutura atual de administração do Judiciário não favorece a redução inteligente dos custos: "O número de casos não vai parar de crescer se a Justiça continuar da forma atual. Hoje, o que se faz é reduzir salários de servidores ou, principalmente, contratar estagiários. Ou seja, contratar mais gente, principalmente mão de obra mais barata, porque o Judiciário não sabe o que fazer para reduzir a demanda".

A contratação massiva de estagiários em substituição a serventuários também foi tratada na campanha da Seccional, em 2014: "Em um estágio, o estudante deveria aprender, de forma assistida, a rotina de sua futura profissão. O que está acontecendo é que dentro dos cartórios esses estagiários não estão aprendendo a advogar, e sim a fazer um trabalho que por lei é de responsabilidade do serventuário", analisou o presidente da OAB/RJ, Felipe Santa Cruz, à época do lançamento.

Luciana Cunha atenta ainda para a falta de gestores nos tribunais: "Nós não temos, em nosso Judiciário, uma política de gestão focada em processo e procedimento, em logística. Se formos conferir tribunal por tribunal, muitas vezes eles mesmos não têm informação de quantos funcionários estão na ativa e quantos não estão. É um problema muito mais de gestão do que a cultura da litigiosidade", acredita.

A professora da FGV São Paulo afirma ainda que o Judiciário "não se vê como prestador de serviço público", o que poderia ser atribuído, segundo ela, a uma cultura que vê a Justiça como apartada do Estado. "O Brasil precisa dar mais atenção à carreira de gestor jurídico, que os Estados Unidos utilizam há mais de cem anos", diz, informando que já há experiências com esses profissionais em São Paulo.

"É alguém que não necessariamente tem formação em Direito, mas sim em administração ou gestão pública. O principal enfoque é a gestão de processos, não judicialmente, mas na lógica da administração e da produção. É aí que a gente tem um enorme espaço para transformar a forma com que os tribunais são administrados. Porém, infelizmente, há resistência por parte dos juízes à entrada nesses espaços de quem não tenha formação jurídica", explica.

Ros destaca também a remuneração dos magistrados como um impeditivo para que a Justiça, ao mesmo tempo em que se torne mais eficiente, não fique mais cara: "Para o número de processos hoje, teríamos que contratar mais juízes. Mas isso geraria um incremento monumental dos custos por conta da remuneração deles. Nos estados, por exemplo, um juiz começa a carreira ganhando 90% do salário de um ministro da mais alta corte, algo que não acontece em nenhum outro lugar do mundo. O que temos que discutir, portanto, é a forma como são escalonados esses salários, estabelecer um critério de transição na contratação de novos magistrados", acredita.

O cientista político conclui que entre os motivos para o Brasil precisar de um sistema de Justiça mais caro do que o de países europeus ou norte-americanos está o seu legado de instituições autoritárias e "as abissais desigualdades" socioeconômicas: "O Judiciário recebeu autonomia orçamentária muito recentemente. Por enquanto, o que vemos é que ele tem pouca experiência no manejo de recursos, quanto mais em seu enxugamento".

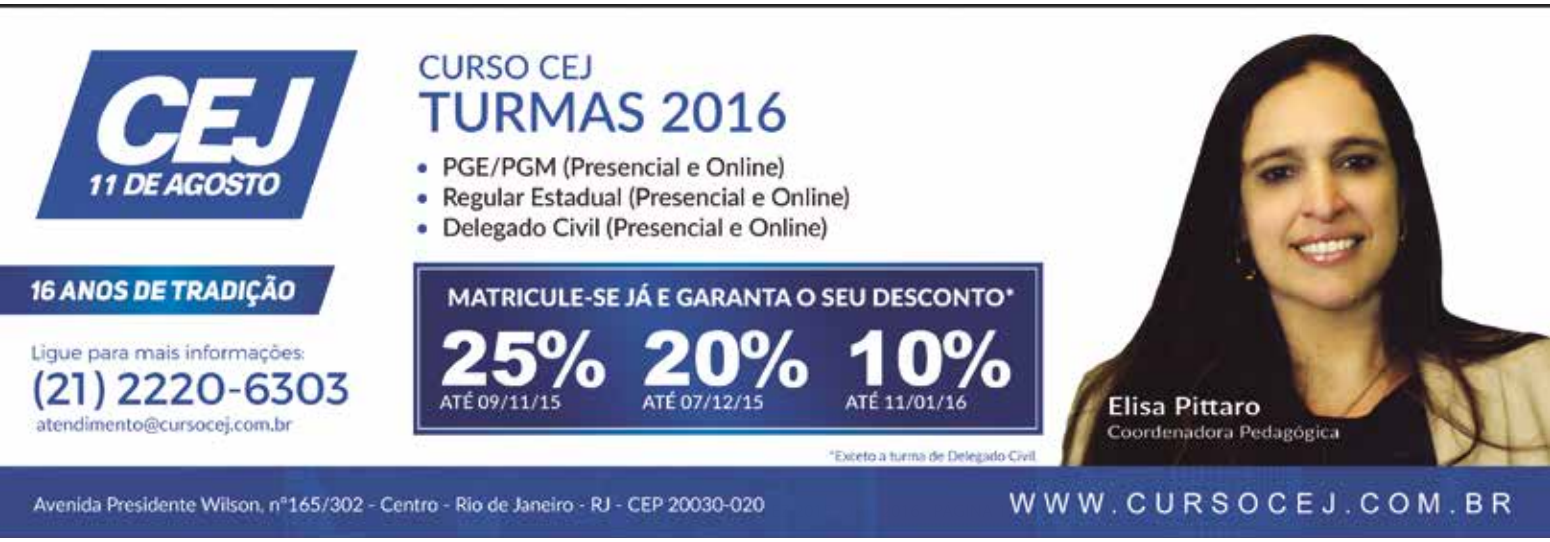


Foto: Agência Brasil

Breve crônica de um desastre anunciado: a natureza como mercadoria

RONALDO COUTINHO*

Os eventos futuros projetam sua sombra muito antes.

Cícero

No modo de produção capitalista, o caráter universal do desenvolvimento das forças produtivas expressa a especificidade de uma forma de apropriação da natureza, que é a da *apropriação privada*. O metabolismo estabelecido pelo capital, em sua relação com o meio ambiente, pressupõe riscos ambientais crescentes, inerentes a um modo de produção que necessita destruir a natureza para transformá-la em mercadoria: a água, o solo, a vegetação, entre outros elementos, a partir do momento em que são contaminados, poluídos e degradados, justificam sua transformação em bens destinados ao mercado. Por isso, a reprodução desse modo de produção não sugere processos revitalizantes, posteriores ao esgotamento dos ciclos biológicos dos ecossistemas.

A exacerbação das questões ambientais, desde as últimas décadas do século passado, é um indicador da destrutividade inerente ao modo de produção capitalista, cujas crescentes demandas de produção e acumulação de riqueza vêm se defrontando com os seus próprios limites de expansão. A dinâmica destrutiva do sistema se mantém e se aprofunda a despeito das iniciativas e insistentes prescrições sobre a necessidade de preservação/conservação dos bens naturais, tais como a adoção de tecnologias de produção menos absorventes de recursos naturais e a crítica ao consumismo, face ao esgotamento progressivo desses recursos e ao aumento dos resíduos de toda espécie.

A tragédia de Mariana, o maior acidente da história em volume de material despejado por barragens de rejeitos de mineração, com os 62 milhões de metros cúbicos de lama que vazaram dos depósitos da mineradora Samarco, representam uma quantidade duas vezes e meia maior do que o segundo acidente do gênero, na mina canadense de Mount Polley (4/8/2014). No caso de Mariana, embora ainda não seja possível uma correta quantificação dos prejuízos, pode-se afirmar, sem dúvida, que há danos irreversíveis, em toda a extensão da Bacia do Rio Doce, a quinta maior bacia hidrográfica brasileira, com a área de 83.400 quilômetros quadrados, equivalente a vários países europeus.

A estimativa de diversos biólogos sobre a duração de uma ainda incerta recuperação do Rio Doce varia de 20 a 30 anos. E as projeções de custos dessa recuperação indicam até mesmo a possibilidade de ela se mostrar financeiramente inviável, até porque desastres ambientais têm vida longa e a lama que mata pessoas, animais, plantas, ao se depositar nas margens e no leito do Rio Doce, se torna um mal crônico que continua a impactar o ambiente. Essa lama, ao secar e se compactar, asfixia a vegetação, altera o fluxo do rio e sua dinâmica e, embora a Samarco insista na risível afirmação da inexistência de substâncias nocivas à saúde na composição dos rejeitos vazados, amostras colhidas pelo Instituto de Gestão de Águas de Minas Gerais em 13 diferentes pontos indicam a presença de alguns metais acima dos limites legalmente permitidos (cádmio, arsênico, chumbo, cromo níquel, cobre e mercúrio).

A responsabilidade pelo desastre, além da Samarco – que persiste na sistemática omissão de informações indispensáveis à efetiva elucidação do trágico episódio –, também poderá ser parcialmente dividida com o governo mineiro e os órgãos federais envolvidos na fiscalização e monitoramento das medidas de segurança e do fiel cumprimento da legislação. Especialmente da Lei 12.334, de 20 de setembro de 2001, que estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de

rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, que visa a garantir a observância de padrões de segurança das barragens de maneira a reduzir a possibilidade de acidentes e suas consequências" (art. 3, I), "promover o monitoramento e acompanhamento das ações de segurança empregadas pelos responsáveis por barragens" (art. 3, III). Lei que dispõe no art. 4, III: "o empreendedor é o responsável legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garanti-la" . E também que "a fiscalização de segurança de barragens caberá, sem prejuízo das ações fiscalizatórias dos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), à entidade outorgante de direitos minerários para fins de disposição final ou transitória de rejeitos" (art. 5.III). Enfim, um diploma legal que fixa responsabilidades e define planos de segurança, obrigatoriedade de manuais de procedimentos de inspeções de segurança e de monitoramento e relatórios de segurança de barragens, revisões periódicas, plano de ação de emergência etc.

Desastres como o de Mariana são evitáveis com adequada e sistemática manutenção. Como adverte um especialista, "barragens não são estruturas convencionais como a maioria das obras civis. Exigem atenção permanente do proprietário, em função das mudanças contínuas nas solicitações a que são submetidas durante a vida útil (...) Barragens são sempre vitimadas pelos excessos de precipitação que podem causar aumentos bruscos de cargas por elevação não prevista do nível da água ou pelo encharcamento dos resíduos contidos. Muitas têm sistemas de monitoramento que precisam ser lidos continuamente, seguindo um manual. *Não podem, portanto, ficar abandonados à própria sorte, sem que se obedeçam às medidas de segurança destinadas a impedir sua degradação"* (Francis Bogossian, *O Globo*, 19/11/2015; grifos meus).

Mas aqui cabem algumas questões recorrentes: a fiscalização é efetivamente exercida pelos órgãos públicos responsáveis? No caso de Mariana, o plano de contingência da Samarco só foi apresentado mais de uma semana após o incidente e criticado pelo Ministério Público. Até agora a Samarco recebeu cinco multas do Ibama, no valor total de R$ 250 milhões, e também fez um acordo com o Ministério Público de Minas Gerais de pagar R$ 1 bilhão para a execução de medidas emergenciais; se compararmos, pelo alto, o lucro líquido da empresa apenas em 2014, com o valor acordado com o MP de Minas, e o que há para ser feito somente em "medidas emergenciais", talvez se imponha a conclusão de que alguma coisa está errada nesse ressarcimento. Por outro lado, não há como desconsiderar o fato comprovado de que no Brasil multas ambientais costumam não ser pagas e/ou são objeto de parcelamentos extremamente favoráveis aos responsáveis por lesões ao meio ambiente. Segundo o Tribunal de Contas da União, conforme matéria publicada em *O Globo* (18/11/2015), das multas aplicadas pelo Ibama de 2009 a 2013, apenas o valor correspondente a 1,76 % foi pago.

E a fiscalização efetiva? Vai muito bem, obrigado! Assim, por exemplo, o processo com um pedido de embargo na barragem de Fundão, em Mariana, ficou parado num setor do Ibama em Minas entre maio de 2014 e setembro de 2015! Sim, é a barragem que se rompeu em novembro!

Volto à indagação que originou este breve artigo: pode-se controlar a exploração econômica dos recursos naturais nesse modo de produção cuja lógica determinante é a primazia da mercadoria sobre o ser humano?

**Professor adjunto aposentado da Faculdade de Direito da Uerj/Programa de Pós-Graduação, com mestrado e doutorado em Direito da Cidade*

Teneb
transa

Livro revela como a
do bicho e a ditadur
a profissionalização

MARCELO MOUTINHO

As origens do jogo do bicho remontam a 1892, quando o barão João Batista Vianna Drummond, conhecido personagem da época, criou um sistema de apostas para atrair mais gente a seu zoológico, que se encontrava em dificuldades financeiras. Mais de cem anos depois, aquele ingênuo modelo de arrecadação de recursos daria lugar a uma complexa organização. Metódica, ramificada. E criminosa.

"O bicho se impôs pela violência e pela corrupção", afirmam os jornalistas Chico Otávio e Aloy Jupiara logo nos primeiros parágrafos do livro *Os porões da contravenção.* O subtítulo da obra, recém-lançada pela editora Record, é auto-explicativo: *Jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado.*

Em 264 páginas, Chico e Aloy descrevem com minúcias um processo de sedimentação que inclui espionagem, suborno a ministros de tribunais superiores e sangue, muito sangue. Como observam, o bote começa a ser preparado em meados dos anos 1960, quando parte da sociedade brasileira lutava contra a ditadura. A máquina letal montada pelos generais em nome do combate à esquerda armada garantia verbas e equipamentos. "Mais do que isso, acesso livre a dados privados e poder de vida e morte sobre as pessoas", ressaltam.

Com o desmonte dessa máquina, na esteira do arrefecimento do regime, boa parte dos agentes da repressão se frustrou. O bicho se tornaria, então, uma porta de oportunidades. O conhecimento adquirido nos porões era valioso para os comandantes do jogo, que viam no recrutamento da turma das masmorras uma possibilidade para assegurar proteção a seus negócios.

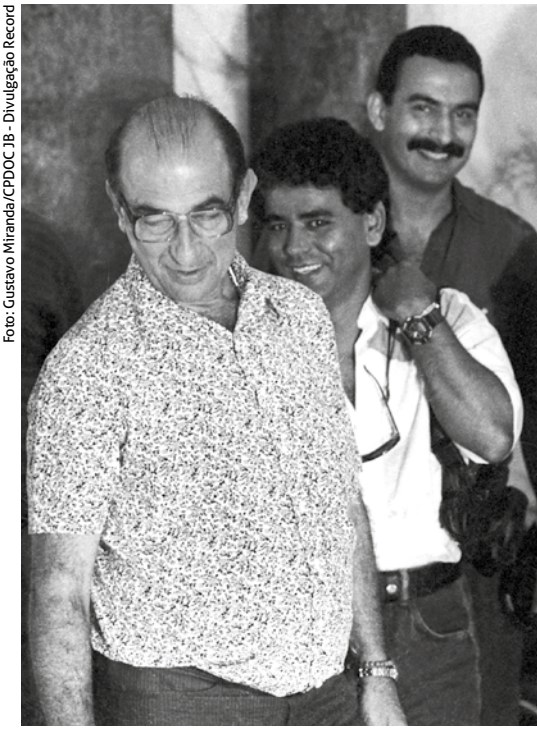


Foto: Gustavo Miranda/CPDOC JB - Divulgação Record

CHICO OTÁVIO

'Com o fim próximo, setores da ditadura dedicaram-se ao butim'

Foto: Divulgação editora Record

A que você atribui o fato de os órgãos de repressão terem feito vista grossa aos movimentos dos banqueiros do bicho?

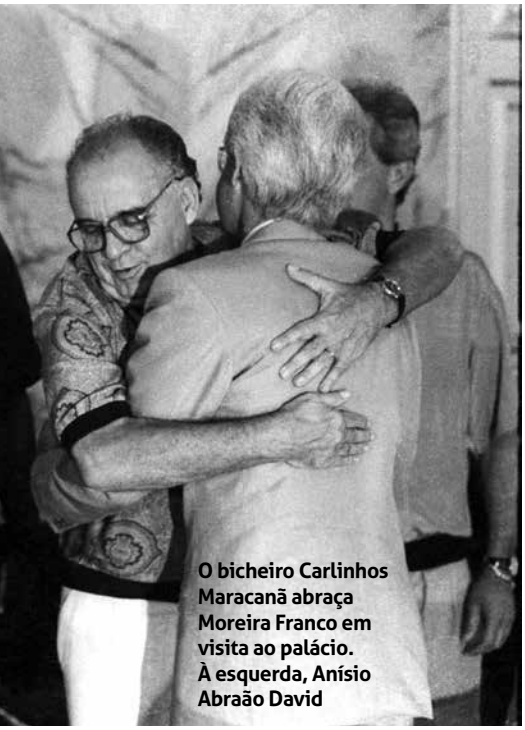
Chico – São dois momentos. No primeiro, o governo militar, até para se consolidar junto às camadas mais conservadoras que pediram os tanques nas ruas, adotou uma postura moralizadora que levou os bicheiros para as grades da Ilha Grande. Mas o tempo foi passando e a atitude mudou. O governo percebeu que era inútil enfrentar a máquina corrupta da contravenção, enraizada na estrutura policial. Tolerou num primeiro momento. Aderiu em seguida. No ocaso do regime, alguns militares, envolvidos na repressão e na tortura, sem perspectiva de futuro na tropa, viram no bicho a boia que os salvaria do naufrágio.

A relativa aceitação do jogo do bicho não contradizia a tese muitas vezes defendida pelos militares, de que estando no poder garantiriam a moral e os bons costumes da sociedade?

Chico – Quando o fim estava próximo, com o povo nas ruas clamando por democracia, setores do poder dedicaram-se ao butim. Perderam o pudor. Enquanto os filhos do presidente Figueiredo desfilavam na escola de samba dominada por Anísio, e o Exército comprava panelas de Castor de Andrade, surgiram alguns escândalos não muito diferentes do que se vê hoje. Um deles, relatado no livro, descreve como o SNI salvou uma empresa de Castor, a mesma que fabricava as panelas. Vencida a esquerda armada, a luta ideológica parecia ter cedido espaço para a ambição pura e simples de poder.

rosas
ações

aliança entre o jogo
a militar possibilitou
do crime organizado



O bicheiro Carlinhos Maracanã abraça Moreira Franco em visita ao palácio. À esquerda, Anísio Abraão David

O trabalho dos jornalistas baseia-se em documentos de arquivos públicos e da Biblioteca do Exército, depoimentos de militares, ex-agentes, ex-presos políticos, sambistas, historiadores e cientistas políticos, além de consultas a acervos de jornais. Centrado nos três protagonistas da consolidação do bicho – Capitão Guimarães, Anísio Abraão David e Castor de Andrade –, o livro enumera, com esteio em rigorosa pesquisa, os muitos exemplos das tenebrosas transações entre o jogo e a caserna.

O caso mais emblemático é o de Guimarães. Capitão-intendente do Exército, elogiado pelos superiores por ter largado as férias para reforçar as tropas no golpe contra João Goulart, ele logo se envolveu com a extorsão a contrabandistas. Ao ingressar no universo do bicho, Guimarães aplicou na estrutura do jogo o que havia aprendido nos quartéis. "Organização, centralização do poder e violência", resumem Chico e Aloy.

Embora tenha enfrentado eventuais detenções, o militar se movimentou com certa tranquilidade pelas profundezas do regime. A ponto de protagonizar episódios como o que se deu em 22 de novembro de 1973. Ao saber que uma carga de seu esquema de extorsão fora interceptada por policiais, ele acionou a Polícia do Exército. "A cena era insólita: dois militares tentavam extorquir outros militares que extorquiam contrabandistas", narram os autores.

Chico e Aloy contam também como Castor selecionou, na engrenagem da repressão, o time de colaboradores do qual faziam parte Mauro Magalhães – ex-delegado da Ordem Política e Social, e titular da delegacia de Petrópolis, que serviu de base para a Casa da Morte – e o detetive Fernando Gargaglione, figura de destaque na ocultação de corpos de "desaparecidos" políticos.

Com relação a Anísio, o livro é contundente ao mostrar a importância da relação íntima com a ditadura para a construção do domínio sobre Nilópolis. E, claro, no organograma do bicho. "A concentração do jogo nas mãos de uma única família, apoiada na proteção política, de policiais e militares amigos, explica por que Anísio ficaria relativamente a salvo, podendo agir e ampliar seus negócios", anotam os jornalistas.

Apesar de mirar o período da ditatura, a pesquisa de Chico e Aloy evidencia que as conexões entre o bicho e o poder não findaram com a redemocratização. A estratégia para manter esses laços se dá, como o livro expõe, por intermédio do carnaval. A fundação da Liga Independente das Escolas de Samba (Liesa) no Rio de Janeiro, em 1984, sob o argumento de que cabia às agremiações a administração do desfile, seria o ponto de virada. "Em plena transição para a democracia, a Liga lhes representava uma fachada de legalidade, já que se tornavam interlocutores oficiais do poder público", afirmam os autores.

Os porões da contravenção revela igualmente que essa boa relação persistiu nos governos estaduais posteriores, como o de Moreira Franco – ele não só recebeu os bicheiros como comparou a visita ao Palácio Laranjeiras "à cerimônia de condecoração dos Beatles pela rainha da Inglaterra". Nem mesmo os revezes sofridos com a sentença da então juíza Denise Frossard, que levou à prisão, em 1992, vários dos comandantes do bicho, e com a chamada Operação Furacão, três anos atrás, foram capazes de fazer balançar a estrutura montada com o auxílio do aparato militar pós-64. "A organização da cúpula, com sua hierarquia, controle de territórios e engrenagens de corrupção, segue intacta", salientam Chico e Aloy.

ALOY JUPIARA

'O jogo não tem ideologia, quer estar perto do poder público'

Foto: Divulgação editora Record

Algo mudou, pós ditadura, quanto à aceitação dos banqueiros do bicho? E na relação com o poder?

Aloy – A partir dos anos 1970, os bicheiros utilizaram as escolas de samba para garantir o poder sobre seus territórios de jogo e obter legitimidade junto à sociedade, posando de mecenas. Ideia errada, porque a contravenção é movida por interesses de negócios. Sempre por trás há o dinheiro sujo que a alimenta. Com a prisão dos bicheiros nos anos 1990, e depois a Operação Furacão, a opinião pública abriu os olhos para os crimes cometidos pelo bicho. Mas não de todo. No carnaval, ainda vemos bicheiros sendo aplaudidos na Avenida. Já a relação com o poder perdura porque, para sobreviver, o jogo busca corromper policiais, servidores, políticos, integrantes dos três poderes. É uma teia de corrupção para preservar negócios. Isso vale para o regime militar e para a democracia. É indiferente a partidos políticos. O jogo não tem ideologia. Quer estar sempre perto do poder público.

A Liesa, vendida como a autonomia dos sambistas, tornou as escolas ainda mais dependentes da contravenção, diz o livro. Por quê?

Aloy – A Liesa foi fundada quando o Brasil se democratizava. Os bicheiros queriam se legitimar junto ao poder público e viram que o carnaval seria o canal. Não partiu de sambistas, mas de Castor e Capitão Guimarães, protegendo interesses do jogo. Afirmou-se que a ideia era defender a escolas e os sambistas. Mas os sambistas tradicionais perderam espaço na administração das escolas, na gestão de recursos (públicos, diga-se), na tomada de decisões sobre o destino de suas agremiações. A contravenção não tem interesse em restituir poder aos sambistas porque o que está em jogo é um grande negócio e sua influência política, dos quais os bicheiros não abrem mão.

Direito de

Não haverá prejuízo à imprensa séria

ROBERTO REQUIÃO*

A Constituição da República elenca entre os fundamentos do Estado democrático de Direito a dignidade da pessoa humana, princípio consagrado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da ONU.

Dele defluem garantias fundamentais, entre elas a do "direito de resposta, proporcional ao agravo" a da inviolabilidade da "intimidade, [d]a vida privada, [d]a honra e [d]a imagem das pessoas" e o direito ao "contraditório e à ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".

À luz do texto constitucional, ocorrida a ofensa ou o uso da imagem, constitui-se, *ipso facto*, o direito à resposta.

A Lei do Direito de Resposta (LDR) visou a estabelecer procedimentos destinados a concretizar essa garantia constitucional, condicionando seu exercício à obrigatória tentativa de obtenção consensual da veiculação da resposta.

Conforme a LDR, frustrada a via consensual, surge a pretensão jurídica à ação de direito de resposta.

Apesar da garantia constitucional, desde 1988 há uma lacuna no ordenamento quanto à forma de exercício do direito de resposta, acentuada pela decisão do Supremo Tribunal Federal que afastou a validade da velha Lei de Imprensa.

O vácuo legislativo permitiu a veiculação de inúmeras injúrias danosas sem que ao ofendido assistisse o direito ao contraditório.

O exemplo clássico dessa distorção foi o caso da Escola Base, em São Paulo, cujos proprietários foram acusados de pedofilia pela imprensa, no ano de 1994.

Daí porque o site *Pragmatismo político* publicou: "Sem toga, sem corte e sem qualquer chance de defesa, a opinião pública e a maioria dos veículos de imprensa acusaram, julgaram e condenaram Icushiro e Maria Aparecida Shimada (...)" por pedofilia.

Por conta dos erros da polícia, o então governador de São Paulo editou um decreto em que determinou "o pagamento administrativo de indenização às vítimas do caso Escola Base", com base nos princípios da "dignidade humana e da inviolabilidade da honra e da imagem das pessoas".

Vários meios de comunicação foram punidos: só a Rede Globo foi sentenciada, em 2012, a pagar R$ 1,35 milhão.

Icushiro morreu em 2014; sua esposa e sócia, Maria A. Shimada, faleceu em 2007. Ambos jamais receberam as indenizações a que ganharam direito em diversos processos judiciais que ainda hoje tramitam.

Oposta foi a atitude da imprensa sueca, no caso do assassinato, em 1986, do primeiro ministro Olof Palme: somente quando do julgamento do Christer Pettersson, um alcoólico e toxicodependente, é que a imprensa sueca divulgou o nome do acusado, que restou inocentado.

Além de proteger o ofendido, a LDR busca dar uma oportunidade à imprensa de exercer seu mister com ética e com respeito à dignidade alheia, evitando assim ser ela própria condenada por práticas perniciosas de seus agentes.

Ela não trará prejuízo à imprensa séria, responsável, pois busca evitar a judicialização de conflitos decorrentes da veiculação de ofensas sem contraditório.

Veja nossa imprensa, no comportamento da sueca, um bom exemplo a ser seguido.

*Senador (PMDB/PR)

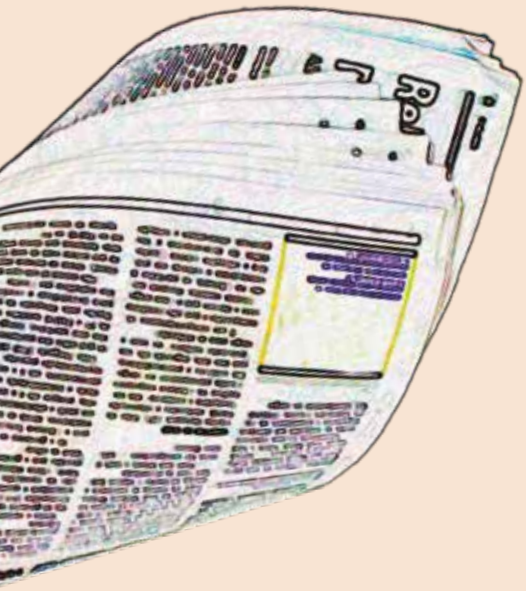
Foto: Bruno Marins

resposta

Por que falar com jornalista?

GUILHERME ALPENDRE*

O temor dos pessimistas se confirmou dias após a entrada em vigor da Lei de Direito de Resposta (Lei 13.188, de 11 de novembro de 2015). No dia 13, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), avisou: fará uso dela por não concordar com a expressão "amplos poderes", usada pelo jornal *O Globo* ao se referir à sua procuração para movimentar contas na Suíça.



Em 16 de novembro, o senador Delcídio Amaral (PT/MS) recusou-se a responder perguntas da reportagem da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo*. Via assessoria de imprensa, fez chegar o seguinte recado: "O senador Delcídio, considerando a improcedência da informação, prefere se valer das prerrogativas a que tem direito pela Lei 13.188, que trata do 'direito de resposta'."

Não se trata aqui de negar a necessidade de regulamentação da garantia de resposta prevista no inciso V, artigo 5º da Constituição Federal. Mas, nos termos em que foi aprovado, o projeto do senador Roberto Requião (PMDB/PR) vai além da correção de informações erradas: obriga veículos a abrir espaço para versões.

A Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) defendeu o veto a dois dispositivos do projeto: o inciso I do art. 6º, que dá ao meio de comunicação 24 horas para explicar ao juiz por que não publicou a resposta antes da ação judicial, e o artigo 10, ora alvo da ADI 5415 proposta pelo Conselho Federal da OAB, que requer juízo colegiado prévio para concessão de efeito suspensivo. A nota não chegou a mencionar o inédito prazo de três dias para a contestação, o mais curto do Processo Civil brasileiro.

Se a exiguidade dos prazos terá impacto em grandes empresas, o que dizer de pequenos veículos independentes, de âmbito local?

Mas um dos mais graves problemas está no art. 7º, que autoriza o juiz a determinar a publicação da resposta antes de ouvir a empresa acionada. Dificilmente esse veículo conseguirá a assinatura de três desembargadores a tempo de suspender a decisão para se fazer ouvir em recurso.

Na prática, isso significa que a reportagem contestada pode não estar errada. O juiz, uma vez convencido da versão apresentada pelo autor da ação, poderá interferir na esfera da liberdade de expressão do veículo de maneira sumária e, de magistrado, passará a editor-chefe, última palavra sobre o conteúdo publicado.

Eis a razão por que Delcídio Amaral prefere apresentar sua versão fundamentada na Lei 13.188: evita, com isso, o escrutínio do repórter e transforma o espaço jornalístico em anúncio publicitário.

Eis a razão por que Eduardo Cunha prefere ocupar a capa e uma página de *O Globo* com sua versão: não encontrou erro na reportagem, apenas discordou que fazer aplicações financeiras em fundos e no mercado futuro, fazer investimentos de curto prazo, comprar e vender títulos, moedas e metais preciosos configure "amplos poderes" sobre uma conta bancária.

Eis o futuro de blogs e jornais independentes: oferecer a seus leitores, sob risco de condenações na Justiça, toda e qualquer versão que lhes chegar, seja fundada na realidade, seja fruto do delírio do "ofendido" da vez.

**Secretário-executivo da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo*

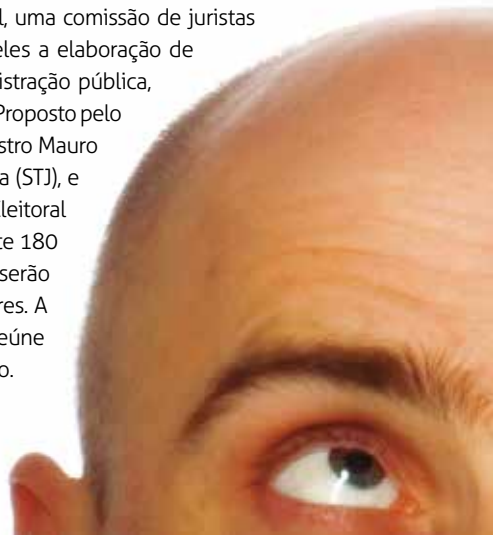
Muito papel e pouca praticidade

Comissão de juristas discute mecanismos para amenizar excesso de burocracia no Brasil

RENATA LOBACK

Certidão de Nascimento, Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira de Trabalho, Título de Eleitor, comprovante de residência, quitação com o serviço militar, firma autenticada e tantos outros documentos são exigidos para comprovar que uma pessoa é de fato quem diz ser. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), Contrato Social, registro na Junta Comercial, Inscrição Estadual e alvarás da Prefeitura, do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária são apenas algumas das exigências para quem deseja abrir seu próprio negócio. Se estar em dia com a documentação no Brasil já dá muito trabalho, abrir empresa é quase um martírio burocrático. Pesquisa recente da Confederação Nacional da Indústria reforça esse entendimento. Das mais de duas mil pessoas entrevistadas, 77% consideram a papelada excessiva.

Instaurada em setembro pelo Senado Federal, uma comissão de juristas tem a missão de mudar essa realidade. Cabe a eles a elaboração de anteprojetos de lei para desburocratizar a administração pública, melhorando sua relação com empresas e cidadãos. Proposto pelo senador Blairo Maggi (PR/MT), presidido pelo ministro Mauro Campbell Marques, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e com relatoria do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Dias Toffoli, o grupo tem inicialmente 180 dias para apresentar suas proposições, que depois serão analisadas por uma comissão especial de senadores. A iniciativa é parte da chamada Agenda Brasil, que reúne propostas para estimular o crescimento econômico.



Para o ministro Mauro Campbell, a burocracia atravanca o crescimento e emperra a efetiva contraprestação do serviço público, pago através de impostos e taxas. "É nesse sentido que a comissão tem como foco o cidadão. Apresentaremos ideias para evitar esses empecilhos, que só dificultam a vida de pessoas e empresas", afirma.

"Um trabalho que não é nada fácil", comenta o vice-presidente do grupo, João Geraldo Piquet Carneiro, presidente do Instituto Hélio Beltrão. Piquet Carneiro foi ministro da Desburocratização de 1983 a 1985. Por intermédio desse Ministério, que funcionou de 1979 a 1986, foram criados os juizados de pequenas causas – chamados, hoje, de juizados especiais – e o Estatuto da Microempresa. Ao ser extinta, a pasta foi absorvida pelo Ministério da Administração. "Nosso problema vai muito além da criação de leis. Estamos focados em questões procedimentais do dia a dia, que são muito conhecidos da população, mas que passam também por uma mudança de cultura e de postura", alerta.

E a comissão quer dar o exemplo. Em vista do tempo reduzido e da complexidade do assunto, o mecanismo de trabalho é a otimização dos procedimentos. Os integrantes reúnem-se quinzenalmente no Senado e mantêm contato por email e aplicativos de conversa. Para garantir discussões simultâneas, foram criadas cinco subcomissões: Sistematização e Lei Geral; Questões Administrativas; Trabalhista e Seguridade Social; Questões Registrais, Notariais e Judiciais; e Tributária. O grupo também optou por não realizar audiências públicas, para evitar que o trabalho fique concentrado na apresentação de problemas. No entanto, todo cidadão ou empresa que queira contribuir com propostas e projetos pode entrar em contato pelo email cjd@senado.leg.br.

No entendimento de Piquet Carneiro, no entanto, nenhuma comissão conseguirá resolver o problema sem mudança na cultura do carimbo e da desconfiança. "Com frequência, o esforço de eliminação de exigência documental esbarra em obstáculos como o fator risco. As instituições preferem exigir uma série de certificações e validações do que confiar na palavra do cidadão e fiscalizar. Num país pouco burocrático não é preciso provar de antemão que estamos falando a verdade. O princípio da confiança precisa existir. Se partimos do pressuposto que um interessado está sempre nos passando a perna, não progredimos. Se não mudarmos isso, continuaremos criando uma série de exigências irracionais e contraditórias entre si, que só acabam favorecendo a corrupção", salienta.

Para tentar mudar a cultura da desconfiança, a comissão consolidou o entendimento de que é necessária a elaboração de um projeto de lei complementar regulamentando o princípio da eficiência, previsto no artigo 37 da Constituição Federal, "pelo qual serão estabelecidas regras de caráter principiológico e fundamental", como aponta o ministro Mauro Campbell. O princípio da eficiência impõe a adoção de critérios e coordenação, de modo a assegurar continuidade, regularidade e confiabilidade nos serviços públicos.

Presidente da Comissão de Direito Administrativo da OAB/RJ, Bruno Navega entende que regulamentar o princípio da eficiência é um erro. "Primeiro, porque é um princípio que está na Constituição há muito tempo e quando foi criado, acharam que isso faria o Estado mais eficiente. Algo que se revelou não ser possível. O mesmo irá ocorrer ao tentarem regulamentar em lei a eficiência. Tem que partir da administração pública a vontade de ser eficiente. É um grande erro achar que a lei vai fazer isso", argumenta.

Para Navega, a comissão tem que estar atenta ao fato de que não será possível resolver todos os gargalos burocráticos do país de uma única vez. "É impossível fazer uma proposta para desburocratizar o Estado como um todo", pondera. Fazer um pacto nacional pela desburocratização e chamar os estados à discussão, com medidas práticas e menos abstratas, é a forma correta de pensar

Foto: Bruno Marins

Bruno Navega

o assunto", diz ele. "E isso vai além da regulamentação em leis".

Piquet Carneiro também se mostra cético em relação à eficácia da legislação. "O que faz com que as coisas mudem é a percepção de que algo deve ser cumprido, sob o risco de punições. A lei tem que ser acompanhada de uma política de regulamentação. Essa é a base do que pretendemos fazer na comissão", assinala.

Com o entendimento de que os advogados são uma das principais categorias profissionais obrigadas a lidar diretamente com as burocracias, a OAB/RJ também está elaborando um estudo, parceria das comissões especiais com a Fundação Getúlio Vargas, para identificar seus gargalos, apontando as respectivas soluções. "Começamos a identificar quais seriam os pontos de gargalo nos âmbitos federal, estadual e municipal. E o que observamos, desde já, mesmo com o estudo inconcluso, é que a falta de uniformidade no tratamento da matéria é um grande empecilho. Temos um complexo sistema tributário, além de juntas comerciais e cartórios lentos e burocráticos. Há falta de transparência. Ninguém sabe ao certo o que é necessário para abrir ou fechar uma empresa, por exemplo. E o Estado não ajuda", aponta Navega.

Foto: Divulgação

Mauro Campbell

Além da Comissão de Direito Administrativo, estão envolvidas no estudo comissões como as de Direito Tributário e de Direito Empresarial. "A intenção da Seccional é discutir propostas práticas em parceria com os órgãos envolvidos, como a Associação dos Notários e Registradores (Anoreg) e a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, para resolver os nós identificados", diz. De acordo com Navega, o documento será levado, também, à apreciação da comissão de juristas, de forma a auxiliar o trabalho do grupo.

Como sugestão no que se refere à morosidade do Judiciário, o presidente da Comissão de Direito Administrativo considera que a arbitragem no âmbito dos contratos celebrados pela administração pública pode ser uma solução. "Discutir uma demanda com o Estado demora muito tempo. O Judiciário está assoberbado, não há juiz e nem máquina suficientes. A arbitragem seria uma boa saída, principalmente nas atividades reguladas, como telefonia, e setores elétrico, de gás e de transporte". É inadmissível, segundo Navega, que "uma empresa ao discutir um reajuste tarifário demore de cinco a seis anos para obter resposta." "Uma decisão que atrase esse tempo, por melhor que seja, é injusta. Estimular a adoção de mecanismos de solução de conflitos no âmbito da administração pública não é uma crítica ao Poder Judiciário, mas uma constatação de que, infelizmente, no Brasil a Justiça não tem capacidade de dar respostas em tempo hábil a demandas complexas", frisa.

Integrante da comissão de juristas e participante da subcomissão responsável por tratar das questões registrais, notariais e judiciais no grupo, o diretor executivo do Instituto Hélio Beltrão,

Foto: Divulgação

Piquet Carneiro

Daniel Bogéa, afirma que o problema da arbitragem passa pela atitude defensiva com que o Estado trata o assunto. "A arbitragem na administração pública é algo admitido pelo Supremo, mas ainda passa por resistência. Os governos tendem a não considerar decisões fora do sistema judiciário. Mais uma vez a solução esbarra num problema cultural do Brasil", afirma.

A priori, a comissão de juristas tem até março para apresentar seus projetos ao Senado. Entretanto, o ministro Mauro Campbell adianta que é possível haver dilação do prazo, tendo em vista a quantidade de temas para apreciação. "Não há como esgotar o problema, que surge a cada entrave burocrático. Estamos, inclusive, trabalhando na feitura de um Estatuto de Princípios com preceitos e sanções para desburocratizarmos a administração em todos os níveis e esferas de poder", comenta Campbell.

Após a elaboração final dos anteprojetos, eles serão remetidos ao Congresso Nacional para o necessário trâmite legislativo. Ainda que os trabalhos da comissão se encerrem, afirma o ministro, os juristas permanecerão acompanhando sua tramitação. "O que mais nos interessa é que cada cidadão se empenhe numa transformação cultural necessária ao país", salienta.

Para Piquet Carneiro, a comissão tem a consciência de que não conseguirá acabar com a burocracia desnecessária. "A nossa esperança é de que este seja um pontapé inicial para o enfrentamento do problema. No entanto, a desburocratização deve ser uma agenda permanente", conclui.

Foto: Bruno Marins

Pinga-pinga

EDUARDO SARMENTO

Céu azul e sol escaldante, um dia clássico de verão. Ainda assim, em vários pontos do Rio, é preciso desviar de poças e tomar cuidado para não se molhar com as gotas que caem. Os aparelhos de ar condicionado pingando são um incômodo frequente para os cariocas que caminham pelas ruas da cidade. Poucos sabem da existência da Lei Municipal 2.749/99, que determina a instalação de acessórios para captar a água e impedir que caia na rua. É mais um caso de lei que não pegou por aqui.

O presidente da Comissão de Direito Imobiliário da OAB/RJ, José Ricardo Pereira Lira, analisa a legislação e confirma que são poucos os casos em que a lei é cumprida. "O texto é bem claro e não tem inconstitucionalidade alguma. Mesmo assim, não sei de muitos casos de aplicação, talvez porque poucas pessoas conheçam", diz.

Segundo a lei, os aparelhos de ar-condicionado projetados para o exterior das edificações deverão dispor de calha coletora, para captar a água produzida e impedir o gotejamento na via pública. "É uma norma de caráter edilício, ou seja, que tem a ver com a organização da cidade", explica Lira. O descumprimento da lei sujeita o proprietário – ou o locatário, caso o imóvel esteja alugado – a multa de 125,4 Unidades Fiscais de Referência (Ufir), o que, em valores de 2015, representam R$ 340,07.

A chateação com as gotas é democrática e atinge desde quem trabalha de dia no Centro até boêmios na noite carioca. Frequentador dos bares de Copacabana, o músico Tiago Prata reclama dos pingos constantes nas calçadas. "Depois dos shows vou sempre encontrar os amigos, conversar, e volta e meia cai um pingo desses no meu chope. Isso é um problema, ainda mais no calor, quando a sede aumenta e mais pessoas usam o ar condicionado", afirma, com bom humor. Companheira de balcão de Tiago, a cozinheira Thalia Aguiar faz coro. "Além de ser chata, essa água muito provavelmente é suja", diz.

Apesar de relatos vindos dos quatro cantos da cidade, o Centro é conhecido como região campeã de gotejamento. "É possível fazer um circuito pelo bairro sobre esse tema", constata a administradora Mara Dias, que caminha diariamente da estação Carioca do metrô até a Praça XV. "Muitas vezes as pessoas estão arrumadas, a caminho de uma reunião, e quando chegam estão cheias de pingos nas roupas. É chato demais", acrescenta.

A opinião é a mesma da relações-públicas Monique Cordeiro. "O Centro é disparado o campeão de pinga-pinga. Na Avenida Presidente Vargas, por exemplo, é bastante irritante, além de ficar exatamente em cima dos pontos de ônibus. É um transtorno tanto para os pedestres que circulam por ali como para quem precisa ficar na calçada para aguardar o transporte", reclama.

A legislação trata especificamente do gotejamento em vias públicas. Em casos de problemas entre moradores ou referentes a áreas internas dos condomínios, a lei não é aplicável, conforme explica Lira. "Situações assim devem ser resolvidas entre particulares, não é uma questão municipal. É assunto a ser tratado no chamado direito de vizinhança", detalha.

O órgão responsável pela fiscalização do cumprimento da lei é a Coordenação de Licenciamento e Fiscalização da Secretaria Municipal de Fazenda. As denúncias sobre o gotejamento irregular de aparelhos de ar condicionado devem ser feitas junto à Prefeitura do Rio pelo telefone 1746.

ESCOLAS ONLINE do MP

UMA UNIÃO ENTRE:
AMPERJ & FEMPERJ

Estude com as instituições que mais aprovam nos concursos do Ministério Público.

CONHEÇA AS NOSSAS TURMAS:

TURMA REGULAR ONLINE 2015 — 600 horas
Cargo: Promotor de Justiça

TURMA TÉCNICO DO MP — 230 horas
Cargo: Técnico Notificação / Atos Intimatórios e Administrativo.

TURMA ANALISTA DO MP — 238 horas
Cargo: Analista Processual e Administrativo

TURMA DE EXERCÍCIOS - ANALISTA DO MP
Cargo: Analista Processual e Administrativo

TURMA DE EXERCÍCIOS - TÉCNICO DO MP
Cargo: Técnico Notificação / Atos Intimatórios e Administrativo.

DESCONTOS* DE ATÉ 30%

*Válido por tempo limitado.

(21) 2242-1232 (21) 2224-3925 www.escolasdomponline.com.br

Os julgamentos secretos da Receita e o dever de observar princípios constitucionais

MAURÍCIO FARO E GILBERTO FRAGA*

Muito se tem falado recentemente sobre a necessidade de que os julgamentos colegiados pelas delegacias regionais de Julgamento da Receita Federal sejam públicos, com a presença dos contribuintes envolvidos no litígio, bem como de seus advogados regularmente constituídos.

Tal discussão surgiu a partir de questionamento formulado pela OAB/RJ junto à Superintendência da Receita Federal no Rio de Janeiro e à Delegacia Regional de Julgamentos no Rio de Janeiro e, considerando o silêncio eloquente das referidas autoridades, a questão foi judicializada por meio de impetração de mandado de segurança coletivo.

Seguindo a medida capitaneada pela OAB/RJ, as seccionais de Brasília, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Minas Gerais e Santa Catarina também ingressaram em juízo.

Analisando a questão posta no mandado de segurança coletivo do Rio, entendeu o juiz da 5ª Vara Federal por conceder a segurança pleiteada, determinando a publicação prévia das pautas de julgamento e permitindo o comparecimento das partes e seus advogados para assistir às sessões de julgamento das Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ), podendo, inclusive, "ofertar questões de ordem sobre aspectos de fato da causa".

Infelizmente, a referida sentença foi reformada, por maioria, pela 4ª Turma do TRF da 2ª Região, o que ensejará a interposição de recurso para os tribunais superiores, sendo certo que o Supremo Tribunal Federal, em julgamento de temas análogos à presente discussão, já houve por bem reconhecer a prevalência dos princípios da ampla defesa, do contraditório e da publicidade.

No referido julgamento, ainda pendente de formalização de acórdão, prevaleceu o argumento de que inexiste regra expressa que textualmente preveja a intimação do sujeito passivo e/ou de seus representantes da pauta de julgamento dos processos do seu interesse.

Todavia, entendemos que esse fundamento não pode prevalecer em razão da garantia fundamental do contraditório e da mais ampla defesa assegurada pela Carta Política da República, em seu artigo 5º, LV, o que, a toda evidência, assegura às partes a possibilidade de participar de todas as fases do processo – administrativo ou judicial –, lançando mão de todos os argumentos adequados ao resguardo de seus interesses e influenciando o juízo de convicção daqueles que estejam investidos do poder de decidir as controvérsias submetidas ao seu crivo.

É lamentável que ainda hoje estejamos a discutir tão óbvia prerrogativa que muito nos lembra o que se convencionou denominar anos de chumbo, em que comezinhas garantias fundamentais dos cidadãos eram absurdamente violadas.

A matéria não comporta maiores digressões e é o próprio Supremo Tribunal Federal quem joga luz sobre este caminho de trevas pavimentado através das sessões secretas em que são decididas em primeira instância as controvérsias tributárias entre os sujeitos passivos e o Fisco Federal, merecendo destaque, a propósito, a decisão proferida no julgamento do RMS 28.517/DF, em que o ministro Celso de Mello bem assinalou:

" (...) Tenho para mim, na linha de decisões que proferi nesta Suprema Corte, que se impõe reconhecer, mesmo em se tratando de procedimento administrativo, que ninguém pode ser privado de sua liberdade, de seus bens ou de seus direitos sem o devido processo legal, notadamente naqueles casos em que se estabelece uma relação de polaridade conflitante entre o Estado, de um lado, e o indivíduo, de outro."

Por seu turno, a necessária intervenção da participação do advogado dos contribuintes nessas sessões de julgamento encontra guarida no Estatuto da OAB, em seu artigo 7º, do seguinte teor:

"Art. 7º - São direitos do advogado:

VI - ingressar livremente:

(...)

c) em qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial ou outro serviço público onde o advogado deva praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente ou fora dele, e ser atendido, desde que se ache presente qualquer servidor ou empregado; (...)."

Dessa forma, se a administração pública deve obediência ao princípio da publicidade, essa garantia demonstra-se irrenunciável, sobretudo com relação ao contribuinte envolvido no litígio e seu respectivo advogado, que não podem ser tolhidos de ter ciência prévia das pautas, bem como de participar das sessões de julgamento.

A despeito dos referidos princípios constitucionais anteriormente mencionados, as sessões nas delegacias de julgamento sempre foram fechadas e revestidas de um sigilo absolutamente divorciado de qualquer respaldo lógico ou jurídico.

Acrescente-se, ainda, que a administração deve voltar-se para o público e de forma aberta e transparente na medida em que a coisa pública exige o tratamento adequado, sobretudo quando discute questões tão relevantes como as tributárias.

Todavia, além da falta de fundamento para a realização das sessões de julgamento secretas, o que surpreende é a resistência injustificada da Receita Federal do Brasil em abrir os referidos julgamentos, haja vista que poderia adotar exatamente o mesmo procedimento vigente nos julgamentos realizados no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Tendo em vista a observância do Estado democrático de Direito, não há mais como admitirmos a injusta vedação de que os contribuintes e advogados participem das sessões de julgamento realizadas pela Receita Federal, sob pena de tolerarmos a permanência de resquícios de um Estado autoritário do qual a sociedade brasileira não tem saudades.

Presidente e vice-presidente da Comissão Especial de Assuntos Tributários da OAB/RJ

Proteção de dados pessoais e direito ao esquecimento são tema de encontro

Ana Amelia (centro): Brasil está atrasado pelo menos 20 anos

Foto: Bruno Marins

Se a sociedade da informação traz uma série de benefícios, com ela surgem também algumas preocupações, em especial sobre a privacidade. Esse foi o tom geral da palestra *Encontro digital: Proteção de dados pessoais e direito ao esquecimento*, realizada pela Comissão de Direito e Tecnologia da Informação (CDTI) da OAB/RJ no dia 1º de dezembro, na sede da Seccional.

O painel *A proteção de dados pessoais na internet* foi apresentado pela presidente da CDTI da Seccional, Ana Amelia Menna Barreto. "Onde vão parar nossos dados? Se eu forneço dados para uma determinada plataforma, significa que eu desejo que eles sejam usados só por ela. E que não sejam pedidos mais dados do que o necessário para interagir com a plataforma. Mas, na verdade, estamos deixando pegadas digitais, pedaços de informações", observou. Ana Amelia questionou também como é feito o controle desses dados. "Após o Marco Civil da Internet, fala-se genericamente em proteção de dados pessoais na forma da lei. Qual lei? O Brasil está atrasado pelo menos 20 anos em termos de legislação protetora de dados. Existem mais de 100 normas legais no mundo sobre o tema", criticou.

Já a questão do direito ao esquecimento foi objeto da palestra do promotor de Justiça Guilherme Martins. "De fato, a regulamentação do Marco Civil deixou várias lacunas. Diante da realidade das redes sociais, desse compartilhamento por vezes forçado de informações, é necessário proteger a pessoa humana. Uma informação, descontextualizada posteriormente, pode causar danos futuros", disse.

Guarda compartilhada é benéfica para crianças, defende especialista

Angela Gimenez

Foto: Bruno Marins

As mudanças no Direito de Família trazidas pela Lei 13.058/2014, que fortaleceu a guarda compartilhada dos filhos para pais que não moram juntos, e os perigos da alienação parental foram tratados no debate realizado no dia 3 de dezembro com especialistas da área, em evento promovido pela Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA) da OAB/RJ.

Juíza da 1ª Vara de Família de Cuiabá (MT), Angela Gimenez explicou os principais conceitos da guarda compartilhada, modelo que, segundo ela, se tornou a tendência mais forte adotada pelo Judiciário no caso de genitores que moram em lares separados. A magistrada citou estudos médicos comprovando que o modelo é benéfico para a saúde das crianças: "Elas passam a dormir melhor, a ter um desenvolvimento escolar melhor, a ter menos crises de ansiedade e várias outras questões de ordem física e psicológica". Em relação à alienação parental, Gimenez destacou o problema das falsas acusações de abuso sexual por parte de um genitor ao outro.

Após a explanação da juíza, os participantes debateram a matéria. Falaram no evento a promotora de Justiça da 1ª Vara Criminal de Madureira Patrícia Pimentel; a mestre em psicanálise Lenita Duarte; o presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFam), Luiz Cláudio Guimarães; além do advogado e membro da CDCA e do IBDFam Paulo Halegua. O presidente da comissão, José Pinto Soares de Andrade, presidiu a mesa.

Compliance e mercado de seguros em palestra

Mallet, Sahione e Furtado

Foto: Bruno Marins

A Comissão Especial de Anticorrupção, Compliance e Controle Social dos Gastos (CSGP) da OAB/RJ promoveu, dia 25 de novembro, a palestra *O mercado de seguros na era do compliance*. "É difícil estabelecer parâmetros, porque a questão do compliance já faz parte da vida de muitos setores que são regulados. Mas com a vinda da lei anticorrupção, entre outras, a questão da conformidade ganhou uma proporção universal. Espero que a parceria entre a Ordem e o mercado de seguros, que resultou nesse evento, traga muitos frutos", afirmou Yuri Sahione, presidente da CSGP.

Um dos palestrantes, o advogado Carlos Furtado abordou a questão da estrutura do mercado segurador e do criminal compliance. "Essa é uma tendência mundial, e não apenas da atividade empresarial brasileira. O mercado não poderia ficar de fora, ainda mais porque ele é todo regulado. Uma instituição em compliance é aquela que está adequada à regulamentação interna e externa, bem como à legislação e às normas dos órgãos reguladores. O criminal compliance existe para afastar riscos a que a sociedade empresarial estaria sujeita", explicou Furtado.

Já a advogada Ana Carolina Mello defendeu a necessidade da adesão dos integrantes das empresas aos programas de compliance. "Estamos falando também em rediscutir as bases e fundamentos da empresa. É muito mais fácil tornar um programa de integridade efetivo se, na base da pirâmide corporativa, o subscritor do risco entender que precisa dar efetividade, cumprir as normas internas, as leis, porque isso irá gerar um valor agregado e mitigar uma série de riscos", disse. Os outros palestrantes foram Phillipe Mallet, Edgard Bordini, Andrea Souza, Jorge Sodré e Gustavo Fontainha.

Congresso sobre Direito Previdenciário lota auditório da OAB/RJ

Palestrantes discutiram mudanças na legislação

Foto: Luciana Botelho

Nos dias 4 e 5 de dezembro, a Comissão de Previdência Social da OAB/RJ (CPS) promoveu o 1º Congresso de Direito Previdenciário do Rio de Janeiro. Na abertura do evento, a presidente da CPS, Suzani Ferraro, traçou um breve panorama das principais alterações na área durante o ano de 2015. "Algumas dessas, inclusive, bem polêmicas, como a regra progressiva da aposentadoria e a exigência de tempo mínimo de dois anos de casamento para o requerimento da pensão por morte, o que gera um conflito entre o Direito Civil e o Direito Previdenciário", observou.

Representando o presidente Felipe Santa Cruz na mesa de abertura, o diretor da Escola Superior de Advocacia (ESA), Flávio Ahmed, falou sobre a importância de a Ordem discutir temas que estão em pauta na sociedade. "Por influenciar diretamente os direitos dos trabalhadores, a forma com que o Direito Previdenciário está sendo alterado é uma preocupação. É fundamental que isso seja discutido com visões diferentes do tema", disse Ahmed.

O congresso contou com painéis sobre a aposentadoria especial do servidor público, da pessoa com deficiência, benefícios assistenciais, aspectos relacionados ao novo Código de Processo Civil, entre outros, e foi organizado pela CPS em conjunto com o Instituto Brasileiro de Estudos Previdenciários (Ibep) e a Comissão de Seguridade Social do Instituto dos Advocados Brasileiros (IAB).

Confraria homenageia tesoureiro da Ordem

Anderson entregou o troféu a Luciano

Foto: Bruno Marins

O tesoureiro da OAB/RJ, Luciano Bandeira, foi homenageado no dia 30 de novembro com o troféu Dom Quixote. A premiação é oferecida pela Confraria Dom Quixote, em parceria com a revista *Justiça & Cidadania*, e concedida a personalidades que se destacam na defesa da ética, moralidade, dignidade, justiça e dos direitos de cidadania. A cerimônia foi realizada no plenário do Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ). "Estou muito feliz com a homenagem e aceito este prêmio em nome de toda a advocacia", afirmou Luciano, que recebeu o troféu das mãos do assessor da presidência da Seccional, Anderson Prezia.

Livro aborda vitimologia na contemporaneidade

Foto: Lula Aparício

Rebello (centro), entre os vários autores

Integrantes da Comissão de Política sobre Drogas (CPDr) da OAB/RJ e da Sociedade Brasileira de Vitimologia (SBV) lançaram, dia 18 de novembro, na sede da Seccional, o livro *Vitimologia na contemporaneidade*. A obra traz textos sobre vítimas de violência, de arbitrariedades, de discriminação, entre outros. Alguns autores, como Ester Kosovski, Elida Séguin, Leonardo Ferraro, Selma Aragão, Orestes Manoel da Silva e Tibério Machado, apresentaram seus trabalhos na ocasião.

O presidente da comissão, Wanderley Rebello Filho, fez um resumo dos temas abordados e destacou os aspectos mais latentes na sociedade hoje. "Há vítimas que sofreram os efeitos e não fizeram nada para contribuir para o crime, como é o caso das atingidas por balas perdidas no Rio de Janeiro, ou aquelas do atentado no Bataclan, em Paris. A vitimologia hoje em dia é um exercício diário, as situações se reproduzem em todos os cantos, de todas as formas", afirmou.

Elida Séguin falou sobre a morte na sociedade atual. "Tanto no começo quanto no fim da vida existem lágrimas e situações de vitimização. Vejam as crianças nascendo com patologias. A morte pode igualar, mas a doença certamente aprofunda as diferenças e vitimiza cada vez mais", disse ela. Já a ex-presidente da SBV Selma Aragão abordou a vitimização da mulher. "Não podemos mais trabalhar a teoria apenas, temos que atuar na vitimização in loco, na prática. Sabemos o que podemos propor aos poderes estabelecidos. Hoje quem faz o trabalho não é só o Estado, são também os movimentos sociais", completou.

Equilíbrio de concessões e PPPs pautam palestra

A Comissão de Estudos Regulados (CER) da OAB/RJ promoveu, em 18 de novembro, palestra com o professor e mestre em Direito Maurício Portugal Ribeiro sobre o tema *Equilíbrio econômico-financeiro de concessões e parcerias público-privadas (PPPs)*.

Portugal explicou que as concessões são contratos que envolvem investimento do ente privado para construir ou melhorar uma infraestrutura. Por serem longos, explicou ele, pode ocorrer no período de vigência algum evento gravoso a uma das partes, que precisará ser compensada pela outra. "O contrato de concessão vai estabelecer quem é o responsável por responder e quem vai custear a compensação", salientou.

Ele exemplificou casos recentes de concessões de aeroportos brasileiros em que a Infraero ficou incumbida de realizar algumas obras, o que não aconteceu. "Desta forma, as concessionárias prejudicadas vão ser compensadas. No momento atual de crise econômica, muitos contratos vêm sendo descumpridos. O usual é que as compensações sejam feitas por meio de acordos, mas a tendência é que a partir de agora elas sejam feitas pela Justiça", afirmou Portugal.

A palestra foi transmitida pelo canal da OAB/RJ no YouTube (www.youtube.com/oabriodejaneiro) e está disponível na íntegra.

Maurício Portugal

Foto: Bruno Marins

Seminário na OAB/RJ trata de consumo de animais

Foto: Luciana Botelho

Corassa (esq.) defendeu veganismo

Os benefícios da adoção do veganismo – alimentação sem consumo de qualquer produto de origem animal – para a saúde, meios alternativos de testes científicos para que se evite o sofrimento de animais confinados e outras opções ao seu uso para consumo, pelo menos na proporção atual, foram expostas no seminário *Consumo consciente*, promovido pela Comissão de Proteção e Defesa dos Animais (CPDA) da OAB/RJ, no dia 2 de dezembro.

"Os animais que mais sofrem no Brasil hoje não são os domésticos, são os usados para consumo. Temos uma estimativa de seis bilhões deles sendo abatidos por ano no país, isso sem considerar os que estão confinados em laboratórios de pesquisas. O sofrimento desses animais tem uma ligação direta com o que a sociedade tem demandado em relação ao consumo", explicou a coordenadora da subcomissão de Educação da CPDA, Roberta Lemgruber, que organizou o evento junto com o presidente do grupo, Reynaldo Velloso.

Autor do livro *Revolução vegana*, Eduardo Corassa explicou, historicamente, como foi adotado esse tipo de alimentação, mostrando a crueldade da produção de alimentos de origem animal. Já a médica pediatra Laura Ohana, especialista em Nutrologia, apontou os riscos da alimentação onívora: "Há uma infinidade de estudos científicos que não só aceitam a alimentação vegana, como mostram que ela é benéfica. Só a alimentação vegetariana já leva à melhora do colesterol, à redução do risco de doenças cardiovasculares e do risco de morte por infarto", observou. Fundadora do projeto Beleza Orgânica, que discute a beleza sob o ponto de vista da sustentabilidade, Renata Serejo destacou os métodos alternativos para evitar o uso de animais em laboratórios.

Governança no Brasil de hoje é tema de evento na Seccional

Diante do aumento recente das denúncias de corrupção no país, o tema da governança corporativa ganha cada vez mais importância. O assunto foi discutido na palestra *Governança nas sociedades de economia mista*, realizada no dia 12 de novembro na sede da OAB/RJ. O evento teve a organização da Comissão de Mercado de Capitais (CMCap) da Seccional, em parceria com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

"É um tema de extrema relevância para o mercado de capitais e para o Brasil como um todo. As sociedades de economia mista ainda são muito representativas nas riquezas geradas no país. Essa inciativa é uma oportunidade para discutirmos esse assunto tão caro à nossa área", disse o presidente da CMCap, Igor Muniz.

O presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Leonardo Pereira, foi um dos palestrantes. "A discussão é extremamente propícia. Debater melhores práticas de governança há muito tempo não é tão central e necessário, considerando o momento de volatilidade que vivemos hoje. O que nós já fizemos? O que ainda não fizemos e precisa ser feito em relação à governança?", questionou. Além de Muniz e Pereira, também participaram do debate de abertura o coordenador do IBGC João Laudo de Camargo, o advogado Luiz Leonardo Cantidiano e o administrador Luiz Spinola.

Foto: Bruno Marins

Sociedades de economia mista em foco

- Homologação de sentença brasileira e estrangeira em Portugal
- Habilitação de herança e partilhas em Portugal
- Imigração na Europa
- Inscrição na Ordem dos Advogados em Portugal e Itália
- Nacionalidade portuguesa, italiana e espanhola

Brasil
Av. das Américas, nº 3120, bloco 1, sala 202
Barra da Tijuca, CEP.: 22640-102
Rio de Janeiro, RJ
Tel.: 00 55 21 98131-0519 / 3596-4992
OAB/RJ, nº 110.628

Portugal
Av. da Boavista, nº 1.167, sala 7.1
Porto, 4100-130, Portugal
Tel.: 00 351 9660-50894/ 2260-90304
OA, nº 11.065P

Alexandra Cunha – ac@alexandracunhaadv.com | www.alexandracunhaadv.com

A reportagem da TRIBUNA DO ADVOGADO conversou com os presidentes eleitos para comandar as subseções da OAB/RJ no triênio 2016/2018. Eles falaram sobre o planejamento do mandato e destacaram as prioridades de cada unidade. Entre os principais objetivos, a conquista de novas sedes, a ênfase na defesa das prerrogativas e a capacitação dos colegas.

Nova Iguaçu

Jorge José Feitosa Rosemberg

Pretende implantar o sistema eletrônico para mandados de pagamento, demanda que vem afligindo os advogados da localidade. Outro projeto é o aparelhamento das salas da Ordem. A defesa das prerrogativas também será prioridade.

Duque de Caxias

Vagner Sant'Anna da Cunha

Pretende implantar cursos sobre prerrogativas. Outra medida, apontada como prioritária pelos advogados locais, é a questão do relacionamento com o Judiciário, em especial no que tange à morosidade e ao travamento dos juizados especiais. A valorização da advocacia, através da aproximação entre a Ordem e os colegas, será outro ponto de ação.

Petrópolis

Marcelo Gouvea Schaefer

A luta pela defesa das prerrogativas é tratada como prioridade, bem como o fortalecimento das ações sociais da subseção e o apoio ao jovem advogado. O treinamento permanente para o processo eletrônico e melhorias na estrutura de atendimento dos colegas também estão entre os compromissos para a próxima gestão.

Barra Mansa

Noé Nascimento Garcez

O plano de trabalho à frente da subseção inclui a modernização da estrutura da sede; a luta pela defesa das prerrogativas; a elevação da comarca à entrância especial; a implantação do Plano Nacional da Mulher Advogada; o desenvolvimento de uma campanha sobre o respeito a cobrança de honorários e a reativação da ESA.

Volta Redonda

Alex Martins Rodrigues

Vai investir na estruturação logística para o peticionamento eletrônico e atuar na defesa das prerrogativas dos advogados. A capacitação e o aperfeiçoamento profissional dos colegas para o novo CPC também estão entre as prioridades.

Barra do Piraí

Christopher Almada Guimarães Taranto

Visa a retomar o diálogo com o Judiciário, de forma a identificar e minimizar os entraves que dificultam a atuação do advogado barrense. A capacitação profissional e a melhoria nas condições de trabalho serão outras prioridades.

Valença

Fábio dos Anjos Souza Batista

Buscará melhorar os equipamentos e a sala dos advogados, além de implementar curso sobre o novo CPC e estreitar o relacionamento entre a subseção e o Poder Judiciário da comarca, para melhor atender as necessidades dos jurisdicionados. O apoio às atividades das comissões será priorizado.

São Gonçalo

Eliano Enzo da Silva

Pretende defender as prerrogativas e lutar pela valorização da advocacia. Outro objetivo é implantar transporte interligando os quatro fóruns da cidade. Além disso, existe a intenção de criar uma área de convivência para os advogados audiencistas no fórum, onde eles poderão descansar e lanchar.

Nova Friburgo

Mônica Thereza Bonin Leal

Uma das metas é implementar serviço de transporte gratuito para o Rio de Janeiro uma vez por semana. Outra proposta é a equiparação do procedimento de revista no fórum da cidade ao realizado na capital. A capacitação dos advogados também terá destaque, bem como a criação de um núcleo digital para a qualificação dos colegas nos sistemas de peticionamento eletrônico.

Miracema

Hanry Félix

Manter a defesa das prerrogativas e trabalhar na capacitação dos colegas, com mais palestras e a extensão de cursos da ESA, da capital para a subseção, é uma promessa. A construção de um Clube do Advogado em Miracema também é uma das ações prioritárias para o próximo mandato.

Itaperuna

Zilmar José Pires Júnior

O presidente eleito estabeleceu como ponto principal a instalação de uma gestão participativa na subseção, buscando uma reaproximação dos advogados com a Ordem. Outro objetivo é fortalecer a atuação institucional da OAB junto à sociedade local.

Teresópolis

Rodrigo Ferreira da Cunha

Em Teresópolis, a subseção pretende criar um plantão das prerrogativas, além de levar uma Central de Peticionamento Eletrônico para a cidade. Em relação ao Judiciário local, destaca-se a luta pela instalação de novas serventias judiciais como ação prioritária.

Três Rios

Sérgio de Souza

A instalação do Centro de Apoio ao Peticionamento Eletrônico na subseção e a ampliação da sala da Vara do Trabalho destacam-se entre as medidas para os próximos três anos. Outra meta é a instalação do serviço de transporte gratuito até a capital e a criação da Comissão dos Advogados Públicos. A criação da Subseção de Sapucaia, comarca que hoje pertence a Três Rios, também está nos planos.

Macaé

Fabiano Lima Paschoal de Souza

A conquista da sede própria é a primordial para a nova diretoria. O aumento do número de computadores nas salas dos advogados e a diminuição do preço dos serviços de scanner e xerox também entrarão em pauta. Existe, ainda, a intenção de conseguir elevação da comarca à entrância especial.

Niterói

Antônio José Barbosa da Silva

Em Niterói, o presidente reeleito pretende criar núcleos permanentes de prerrogativas nos fóruns da cidade, facilitando o atendimento ao advogado. Em relação à capacitação, a ESA e os cursos gratuitos serão ampliados. A substituição do micro-ônibus que vai do Centro até Pendotiba e a criação de uma linha que vá até os fóruns de São Gonçalo são outras prioridades.

Bom Jesus do Itabapoana

Gilberto Cardoso de Matos

O principal projeto a ser executado na subseção consiste no estabelecimento de um convênio com os bancos para que os advogados tenham prioridade no recebimento de alvarás, além de taxas especiais. Outra prioridade é uma nova sala no fórum.

Resende

Samuel Moreira Carreiro

A diretoria pretende avançar na garantia do pleno exercício da profissão na região, enfatizando a defesa das prerrogativas, além de manter os benefícios já conquistados. A intenção é colaborar, também, com o início das obras da sede própria das varas do Trabalho e com a obtenção de um terreno para a construção de um novo fórum na cidade.

São João de Meriti

Júlia Vera Santos

A principal luta é pela construção de um novo fórum na cidade, já que o atual não tem acessibilidade nem ar condicionado. Entre as prioridades estão a melhoria das varas cíveis e dos juizados, que não têm funcionários e estagiários em número suficiente.

Cabo Frio

Eisenhower Dias Mariano

Ampliar a sede da subseção e o escritório compartilhado, além de criar e instalar o centro de peticionamento eletrônico são os principais objetivos. Outra ação prevista é a criação de transporte gratuito para advogados entre Cabo Frio, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia e Búzios.

Angra dos Reis

Luis Carlos Jordão Elias

A diretoria pretende criar um portal para a prestação de contas, ação que vai ao encontro da proposta de gestão participativa e próxima aos advogados. Também há o intuito de realizar eventos para atualização jurídica, como palestras e debates, e buscar convênios que beneficiem os advogados junto ao comércio local.

Magé

Renato Silva de Siqueira

O novo presidente de Magé pretende viabilizar a implantação do sistema de expedição de alvarás e mandados de pagamento de forma eletrônica, como já existe na capital. A elevação da comarca à entrância especial é outra prioridade, bem como a criação da subseção de Guapimirim.

Itaguaí

Arthur Fraga Oggioni

A prioridade é a capacitação e atualização dos advogados em relação ao novo CPC, que entra em vigor em 2016. A caótica situação dos juizados na cidade é outra questão destacada como prioritário. A diretoria pretende estreitar a relação com o Judiciário e colaborar para a melhoria dos problemas.

Itaboraí

Jocivaldo Lopes da Silva

A construção do estacionamento ao lado do Fórum de Itaboraí é uma das prioridades da próxima gestão. Além disso, é meta da subseção a criação de transporte privativo para os advogados circularem entre os fóruns da cidade, com viagens também para o Rio de Janeiro.

Cantagalo

Pedro Rogério da Silva Alves

A sede própria é prioridade para a diretoria, que também pretende resgatar os advogados que deixaram a subseção para se inscrever em outras localidades. Para isso, existe a promessa de realizar uma gestão participativa e levar a Cantagalo os serviços oferecidos nas demais unidades do estado.

Vassouras

Vivian Machado da Rocha Sabenca Dias

A construção da Casa do Advogado em Vassouras é considerada fundamental. Ela também pretende integrar os advogados da subseção e promover uma troca de informação entre eles, incentivando o compartilhamento de conhecimentos por meio de palestras para os colegas.

Araruama

Rosana Jardim

Pretende dar continuidade aos projetos do último triênio e aumentar o número de computadores nas salas da OAB. Vai trabalhar para a agilização do serviço de processamento cartorário e buscar mais agilidade para o recebimento de mandados de pagamento, no modelo já aplicado nas varas trabalhistas. As prerrogativas da classe perante o judiciário serão reforçadas.

Campo Grande

Mauro Pereira dos Santos

A prioridade é lutar pela criação de uma unidade do TRT no bairro, além de três varas trabalhistas. O espaço já foi cedido pela prefeitura e as negociações com o tribunal estão em andamento. A diretoria pretende continuar atuando na resolução do problema de esgoto da Cedae na região.

Santa Cruz

Paulo dos Santos Freitas

O apoio logístico aos advogados, com novos computadores para a sede e a sala do fórum, é uma das metas. Além disso, o presidente pretende criar novo auditório na ESA local, oferecendo melhores acomodações aos advogados e um curso de pós-graduação. Vai manter os plantões diários para a fiscalização e garantias das prerrogativas dos advogados.

Bangu

Ronaldo Barros

A defesa das prerrogativas dos advogados, especialmente junto aos juizados, é uma das prioridades do presidente reeleito. Além disso, ele pretende dar continuidade ao trabalho de capacitação da ESA, que atualmente conta com 22 cursos de pós-graduação.

Madureira / Jacarepaguá

Remi Martins

Um dos principais projetos é aumentar a sala do Fórum de Madureira, possibilitando a instalação de mais computadores. Em outra frente, a diretoria pretende dar o fim a revista na entrada do Fórum de Jacarepaguá e colocar funcionários para auxiliar os colegas no peticionamento eletrônico. Cursos e palestras, especialmente ligados ao novo CPC, estão programados.

Ilha do Governador

Luiz Carlos Varanda

O principal objetivo é manter a luta por melhoria das condições de trabalho dos advogados da subseção e continuar oferecendo cursos de aperfeiçoamento. O problema do estacionamento com a Subprefeitura da Ilha do Governador é outro ponto a ser trabalhado nos próximos três anos.

São Fidélis

Rodrigo Gentil

A construção da sede própria da subseção é o principal objetivo para o próximo mandato. Além disso, a ampliação do serviço de transporte gratuito de advogados para Campos também está em pauta. Cursos de atualização profissional para os colegas estão sendo elaborados.

Rio Bonito

César Gomes de Sá

O projeto *Prerrogativas sim, privilégio não*, que informa a sociedade a respeito das prerrogativas dos advogados, deverá ser revitalizado. Entre as prioridades, está a construção da sede própria da subseção, ao lado do fórum.

Paraíba do Sul

Eduardo Langoni

Outra unidade que tem como prioridade a construção de uma sede própria, que possibilitaria a ampliação da oferta de cursos. As mudanças na advocacia ocasionadas pelo processo eletrônico e pelo novo CPC também são preocupações da subseção, que pretende realizar aulas sobre os temas.

Santo Antônio de Pádua

Adauto Furlani

A construção da sede própria da subseção está entre as prioridades. A luta por uma melhor prestação jurisdicional e a continuidade ao trabalho de valorização das prerrogativas e da defesa do Estado democrático de Direito também terão destaque na gestão.

Maricá

Amilar Dutra

A prioridade em Marícá é reivindicar a elevação da comarca à entrância especial. A subseção lutará, também, pela instalação de uma vara da Justiça Federal na cidade. Outra questão diz respeito à vara cível, que não comporta mais os processos locais.

Paracambi

Marcelo Kossuga

A elevação da Comarca de Paracambi à segunda entrância é a prioridade do presidente reeleito. Outra luta será para conseguir um juiz titular para a comarca. A questão se arrasta há dois anos.

Paraty

Marco Antônio Costa França

O presidente eleito vai lutar pela construção de um novo fórum na cidade, além de promover palestras para a reciclagem dos advogados. Ele também pretende promover uma edição do Colégio de Presidentes de Subseção em Paraty.

Miguel Pereira

Pedro Paulo Sad

O presidente reeleito de Miguel Pereira pretende dar continuidade às propostas não concluídas no último mandato. Uma das prioridades é criar um ciclo de palestras para a capacitação dos colegas, principalmente no que diz respeito aos assuntos mais atuais, como o novo CPC.

Piraí

Gustavo de Abreu Santos

O novo presidente promete lutar pela melhoria da primeira instância. Outro objetivo é elevar a Comarca de Piraí à segunda instância e intensificar palestras e cursos, em especial na capacitação sobre o novo CPC.

UC DAVIS SCHOOL OF LAW

UNIVERSITY OF CALIFORNIA, DAVIS

GRADUATE DEGREES

Master of Laws (LL.M.)
10-month program beginning every August.

Summer International Commercial Law LL.M.
Six weeks over the course of two to five summers.

SUMMER PROGRAMS

Orientation in U.S.A. Law • July 10 – August 6, 2016

English for Legal Professionals • June 26 – July 9, 2016

Global Trading System • August 7 – 20, 2016

Licensing Academy in Intellectual Property and Technology Transfer • June 20 – July 1, 2016

International Comparative Environmental Law Seminar in Como, Italy • 2016 dates to be announced – check website for updates

FOR MORE INFORMATION, VISIT
law.ucdavis.edu/go/global
or contact us at
internationallaw@ucdavis.edu

twitter.com/UCDavisLawIntl

facebook.com/ucdavislawinternational

Itaocara

Fernando Marron

O presidente reeleito em Itaocara vai lutar por uma sala maior no fórum, já que a atual não comporta mais as necessidades dos advogados. Segundo ele, essa é a principal demanda da subseção atualmente.

Cordeiro

Wilson Vieitas

Manter as conquistas da última gestão, que conseguiu uma nova sede e a reforma da sala do fórum. Além disso, a defesa das prerrogativas e a ampliação dos cursos oferecidos aos advogados, especialmente com foco no novo CPC, são as principais metas. Vai buscar levar mais programas da Caarj ao interior.

Cambuci

Alex Bitencourt

A nova diretoria vai trabalhar pela valorização dos jovens advogados e buscar fortalecer a defesa das prerrogativas da classe, especialmente junto aos juízes. Além disso, vai trabalhar para encontrar uma forma de agilizar os mandados de pagamento.

Mendes

Paulo Afonso Loyola

O principal problema em Mendes é a falta de um juiz titular para a comarca, questão que se arrasta há oito anos sem juiz. Além dessa luta, definida como primordial, a diretoria vai buscar manter todas as conquistas dos últimos anos.

São Pedro da Aldeia

Julio Cesar dos Santos Pereira

Segundo o presidente reeleito em São Pedro da Aldeia, a falta de respeito dos juízes com os advogados é recorrente na subseção. Ele afirmou que vai trabalhar pelo tratamento com igualdade e para que os juízes despachem e atendam os advogados.

Mangaratiba

Ilson de Ribeiro

A luta pela criação de mais varas, por mais juízes e mais servidores em Mangaratiba será a prioridade da próxima gestão. Além disso, as ações em defesa das prerrogativas e pela melhora do juizado especial será intensificada.

Saquarema

Miguel Saraiva

O principal problema na subseção é em relação às dificuldades enfrentadas pelos colegas com o peticionamento eletrônico. Para isto, a diretoria pretende oferecer cursos de atualização e capacitação, além de aumentar o número de computadores disponíveis. Trabalhar pela criação do Juizado Especial Cível na cidade é outra proposta.

Belford Roxo

Abelardo Tenório

A prioridade do presidente reeleito é a criação de um fórum federal e de um fórum trabalhista na cidade, além de cobrar celeridade no juizado especial da cidade. A defesa das prerrogativas será outra meta.

Queimados

José Bôfim

A resolução dos problemas no fórum local será a prioridade da diretoria. Faltam juízes e funcionários, o espaço precisa de ar condicionado e da substituição das máquinas de consulta, que não estão funcionando. Existe também a intenção de ampliar a sala dos advogados.

Méier

Humberto Cairo

A sede própria da subseção é a prioridade do presidente reeleito. Ele acredita que os advogados têm todas as condições necessárias ao desenvolvimento da profissão, mas que um espaço físico mais amplo melhoraria o ambiente de trabalho.

Barra da Tijuca

Claudio Carneiro

O presidente eleito tem como principal objetivo a construção da nova sede, em frente ao fórum. As prerrogativas, com ampliação da atuação da Cdap, são outro destaque. A ESA será reestruturada, com a criação de um ambiente universitário e ampliação do número de cursos e parcerias, inclusive com instituições do exterior.

Leopoldina

Talita Menezes

A principal meta é valorizar a classe por meio da capacitação dos profissionais, dando especial atenção aos cursos da ESA, com ênfase no novo CPC, e à criação da Escola de Inclusão Digital. Outra diretriz é a defesa das prerrogativas, com destaque para a preparação dos delegados que compõem a Cdap.

Seropédica

Jucimar de Almeida

A prioridade é combater os principais problemas locais, como a retenção dos processos para a expedição de alvarás por tempo excessivo devido à falta de funcionarios. Outra questão a ser resolvida são as condições físicas do fórum, instalado em salas de shopping. Não há espaço para espera de audiências e quando chove advogados e partes ficam completamente expostos.

Pavuna

Antônio Carlos Rocha Faria

Colaborar para construção de um fórum novo na Pavuna é uma das prioridades. Além disso, a diretoria pretende lutar pela criação de um novo juizado. A ampliação das instalações da subseção e a implantação de cursos de pós-graduação e palestras para aprimoramento profissional também está nos planos.

Búzios

Marcio José Teixeira

Objetivo para a próxima gestão é dar ênfase à defesa das prerrogativas e valorização dos direitos da mulher advogada. Trabalhar a atuação institucional da Ordem, buscando aprimorar a relação entre a classe, o Poder Judiciário e a sociedade, é outra preocupação

A reportagem da TRIBUNA DO ADVOGADO não conseguiu contato com os presidentes eleitos das subseções de Campos, Humberto Samyn; Nilópolis, Celso Gonçalves; Rio Claro, Adriana Moreira; Cachoeiras de Macacu, Marcelo Araújo; e Rio das Ostras, Norma Ferreira. O presidente da Subseção de Porciúncula, Fernando Volpato, preferiu não dar entrevista.

PEC das Domésticas

Elaborado pelo presidente do Instituto Doméstica Legal, Mario Avelino, o livro apresenta a advogados, empregadores e empregados o que mudou com a regulamentação da PEC das Domésticas por intermédio da Lei Complementar 150, de junho de 2015, fornecendo um passo a passo sobre temas como INSS, FGTS, 13º salário, férias, salário família, seguro desemprego, jornada de trabalho, horas extras, adicional noturno, banco de horas etc. A obra é da editora Book Express. Mais informações e vendas pelo site www.domesticalegal.com.br/livro.

Livro de cabeceira

Fred Mendes*

Rio de Janeiro: histórias de vida e morte

Neste novo e arrebatador trabalho, *Rio de Janeiro: histórias de vida e morte*, o antropólogo e autor do livro que inspirou o filme *Tropa de elite*, Luiz Eduardo Soares, divide com o leitor algumas de suas vivências pela capital fluminense. A obra trata do cotidiano de uma megalópole mundialmente amada e pouco conhecida nas suas entranhas. O texto flui como um bate papo cheio de detalhes e situações inusitadas que a grande maioria dos mortais cidadãos cariocas jamais ousaram sonhar existir, e tudo é real...
Festas privadas, tráfico, empresários, autoridades públicas, milícia, negociatas, corrupção e poder são alguns dos motes das histórias que surpreendem pela sua impensável realidade.
Como se traduz no título de um dos capítulos: "É tanta coisa que nem cabe aqui".

**Vice-presidente eleito da Caarj*

Princípios constitucionais do Direito da sociedade da informação

Na obra, Celso Antonio Pacheco Fiorillo aborda a tutela jurídica do meio ambiente digital, buscando ampliar a análise do tema das comunicações sociais em face da cultura digital na sociedade da informação. O autor indica, no âmbito do Direito Constitucional positivo, os deveres, direitos, obrigações e regime de responsabilidades inerentes à manifestação do pensamento, criação, expressão e informação realizados com a ajuda de computadores. Da editora Saraiva. Mais informações no site www.editorasaraiva.com.br/contato ou pelo telefone 0800-0117875.

A Teoria do Direito aplicada

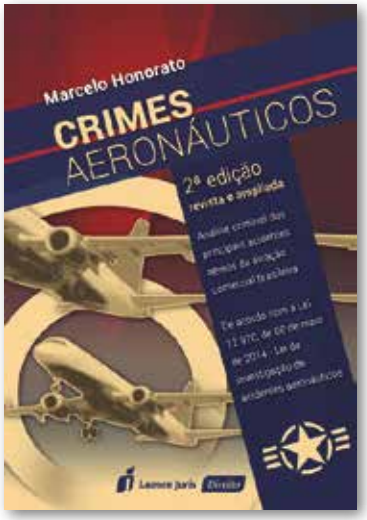
O livro aborda temas polêmicos que não são comumente tratados em obras científicas ou pela jurisprudência e que aqui foram desenvolvidos de modo crítico, avaliando se os institutos jurídicos foram adequadamente empregados ou se os argumentos utilizados estavam de acordo com a respectiva teoria. Guilherme Alberto Marinho Gonçalves, Ival Heckert Júnior e Antônio Raimundo de Castro Queiroz Júnior são os coordenadores e a publicação é da editora Fórum. Mais informações e vendas no site www.editoraforum.com.br/loja ou pelo telefone 0800-704-3737.

Tratado da ação rescisória: das sentenças e de outras decisões

Publicada originalmente em 1934 com o título *Ação rescisória contra as sentenças*, a obra de Pontes de Miranda foi resgatada nesta edição por Nelson Nery Junior e Georges Abboud. Os processualistas procuram contextualizar os ensinamentos de Miranda no panorama atual, estabelecendo um verdadeiro diálogo entre os leitores contemporâneos e o histórico jurista. Mais informações e vendas no site www.livrariart.com.br .

Crimes aeronáuticos

O livro apresenta, sob o enfoque criminal, condutas relacionadas à aviação e, notadamente, o estudo do acidente aeronáutico na ótica penalista. Para ilustrar, o autor, Marcelo Honorato, estuda nesta segunda edição alguns dos principais acidentes aéreos da história recente da aviação comercial brasileira, dentre eles a perda de controle da aeronave TAM 3054 no aeroporto de Congonhas (2007) e a colisão do voo GOL 1907 com a aeronave Legacy (2006). Da editora Lumen Juris. Mais informações no site www.lumenjuris.com.br ou pelo telefone (21) 2580-7178.



Petições trabalhistas

Voltada aos profissionais que estudam a técnica de peticionar e que se preparam para concursos e o Exame de Ordem, a obra funciona como uma ferramenta auxiliar que exemplifica o que ocorre na prática. Para isso, o autor, José Carlos Manhabusco, não abre mão da parte dogmática, trazendo conceitos e explicações dos atos praticados no dia a dia, na sequência lógica, passando pela distribuição da petição inicial até os demais movimentos processuais. Da editora LTr. Mais informações no site www.ltreditora.com.br ou pelo telefone (11) 2167-1101.

Ebooks

Água, sustentabilidade e Direito

Fruto das discussões da I Jornada Hispano Brasileña, realizada em 2014, a obra investiga, no âmbito do Direito comparado entre Brasil e Espanha, os desafios jurídicos para o combate à escassez e ao mau uso da água, principalmente diante de cenários adversos. A publicação teve apoio da Comissão de Direito Ambiental e da Escola Superior de Advocacia (ESA) da OAB/RJ. Presidente da comissão e diretor-geral da escola, Flavio Ahmed participou da coordenação junto com professores da Universidade de Alicante e da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Da editora Univali. O livro está disponível para download gratuito no site da editora http://goo.gl/36WBP7

Direito, felicidade e justiça

Fruto dos trabalhos de pesquisa do Núcleo de Investigações Constitucionais em Teorias da Justiça, Democracia e Intervenção (Ninc), a obra trata da conexão entre os temas do Direito e da felicidade, ainda desconhecida, segundo os autores Emerson Gabardo e Eneida Desiree Salgado, na teoria nacional. A partir de algumas das grandes escolas de pensamento (utilitarismo, liberalismo, positivismo, marxismo, libertarismo, comunitarismo, deliberativos, pragmatismo, republicanismo e pós-modernos), eles falam sobre a fundamentação das intervenções públicas na contemporaneidade. Da editora Forum. Mais informações e vendas pelo link http://goo.gl/xJwdgS

Campanha de arrecadação de livros coleta 10 mil exemplares em um mês

Bia Bedran, Marcello Oliveira e a vice-presidente da Caarj, Naide Marinho

Foto: Flávia Freitas / Caarj

Desenvolvida a partir de uma parceria com a ONG Ação da Cidadania e com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), a campanha *Fome de leitura*, lançada pela Caarj em novembro a fim de arrecadar livros voltados para os públicos infantil e juvenil obteve, em um mês, a marca de 10 mil exemplares doados.

Segundo o presidente da Caixa, Marcello Oliveira, a ideia da campanha era contribuir de forma qualitativa na luta pela erradicação do analfabetismo funcional. Para isso, foram instalados inicialmente pontos de coleta em 28 locais, entre subseções, casas do advogado, fóruns e unidades do Ciee.

"Tínhamos uma perspectiva modesta, de arrecadar 1.500 livros, mas a adesão foi muito positiva, não só da advocacia mas também das editoras", disse ele na formalização da parceria, realizada dia 23 de novembro, anunciando que, diante da grande participação, seria promovida também uma "competição saudável" entre as subseções: "As participantes serão avaliadas num ranking solidário e a que arrecadar mais livros irá receber uma biblioteca jurídica montada pela Caarj".

A participação das editoras parceiras contou muito para a boa arrecadação: a Imprensa Oficial doou seis mil livros. "Essa campanha já superou em muito nossas expectativas, sinal de que acertamos em cheio no tema e em seus objetivos. Nossos sinceros agradecimentos aos que tornaram isso possível, especialmente à Imprensa Oficial e à Zit Editora", afirmou o presidente da Caarj.

O imortal Arnaldo Niskier e a escritora Bia Bedran são os padrinhos da campanha, que tem também a autora Thalita Rebouças como parceira, tendo doado exemplares de suas obras. Fazem parte ainda dos apoiadores o Instituto Pró-Livro, a Aliança Francesa, a Câmara Brasileira do Livro e as editoras Zahar, Bertrand/Record, Rocco, Sextante, Ediouro e Nova Fronteira. A escola A Chave do Tamanho também participou com uma arrecadação itinerante.

A campanha *Fome de leitura* programou a coleta até o início do recesso judiciário, apresentando seus resultados finais em janeiro. De acordo com o assessor especial da Ação da Cidadania, Daniel Souza, a ONG tem a intenção de aproveitar a experiência para expandir a iniciativa a outros estados.

Marcello Oliveira recebe Medalha Pedro Ernesto

Em cerimônia realizada na Câmara Municipal no dia 9 de novembro, o presidente da Caarj, Marcello Oliveira, foi agraciado com a Medalha Pedro Ernesto, a mais importante comenda do município do Rio de Janeiro. A honraria foi concedida por iniciativa do vereador Jefferson Moura (Rede).

O evento reuniu advogados, familiares e amigos do presidente da Caarj. "Eu me sinto honrado por ter sido escolhido para receber esta comenda. Contudo, ainda mais importante que isso, foi observar o plenário e a galeria repletos de grandes amigos que fiz durante esses muitos anos de dedicação à entidade e à causa pública. Todos ali eram responsáveis e contribuíram muito", declarou Marcello.

Caarj Cultural **oferece descontos em teatros e cinema**

Com objetivo de garantir diversão, arte e entretenimento, por meio de iniciativas próprias e convênios com teatros e cinemas, o projeto *Caarj Cultural* oferece à advocacia descontos que chegam a até 50% do valor dos ingressos.

Entre os parceiros, os teatros Miguel Falabella, das Artes e dos Grandes Atores disponibilizam 20% de desconto na compra do par de ingressos. A partir de dezembro, o Theatro Net volta a fazer parte dos benefícios da Caarj, oferecendo 30% de desconto para os colegas e um acompanhante.

Grande parceria firmada no último ano, o Cine Odeon dá 50% de desconto na compra de um ingresso para o advogado. O desconto é adquirido na bilheteria de cada local, mediante apresentação da carteira da Ordem. Acesse o site da Caarj (www.caarj.org.br) para ficar atualizado sobre as peças com desconto em dezembro e janeiro. Já a programação do Cine Odeon pode ser conferida no site da rede Kinoplex (www.kinoplex.com.br).

Parceiros culturais:

Teatro Miguel Falabella
Av. Dom Helder Câmara, 5.474 – Del Castilho – Norte Shopping
Formas de pagamento: dinheiro
Tel: (21) 2595-8245

Teatro das Artes
Rua Marquês de São Vicente, 52 – Gávea – Shopping da Gávea
Formas de pagamento: dinheiro, cartões – Visa e MasterCard (débito e crédito)
Tel: (21) 2540-6004

Teatro dos Grandes Atores
Av. das Américas 3.555 – Barra da Tijuca - Shopping Barra Square
Formas de Pagamento: dinheiro, cartões – Visa e MasterCard (débito e crédito)
Tel: (21) 3325-1645

Theatro NET
Rua Siqueira Campos, 143 – Copacabana
Formas de Pagamento: dinheiro e todos os cartões
Tel: (21) 2147-8060

Cine Odeon
Praça Floriano, 7 – Centro
Formas de pagamento: dinheiro, cartões – Visa, MasterCard, Elo e Vale Cultura (débito e crédito)
Tel: (21) 2461-0201

Foto: Divulgação MAM

Quatro novas mostras no MAM em dezembro

O Museu de Arte Moderna (MAM), que dá 30% de desconto para os advogados em sua programação, traz, em dezembro, quatro estreias, entre elas uma mostra antológica do trabalho do artista Laercio Redondo, reunindo suas obras de 1998 até os dias de hoje.

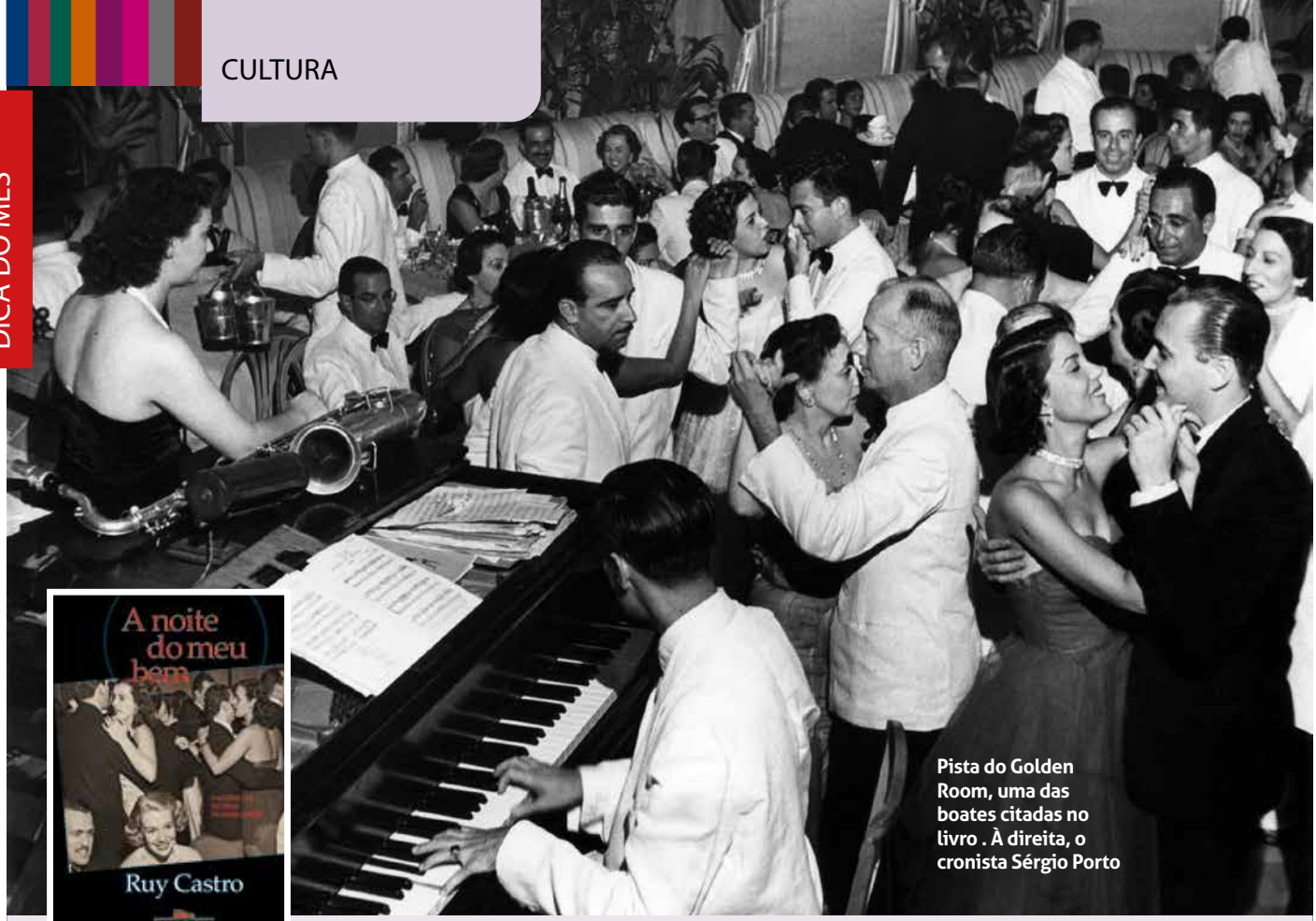
A exposição, intitulada *O que acaba todos os dias*, traz filmes, instalações e objetos que misturam cuidado documental e liberdade ficcional para examinar ícones da arte, como Athos Bulcão, Lota de Macedo Soares e Lina Bo Bardi.

Ponto central da mostra é *Desvios*, uma nova vídeoinstalação que percorre a distância entre o Parque do Flamengo projetado por Lota de Macedo Soares, onde se localiza o museu, e a *Casa Samambaia*, sua residência particular fora da cidade do Rio de Janeiro, na serra de Petrópolis. A exposição fica em cartaz até 14 de fevereiro.

Já *A importância de ser*, que pode ser vista até 28 de fevereiro, convida os visitantes a conhecer a cena artística belga, trazendo obras da rica arte contemporânea do país, de 40 dos mais preeminentes nomes atuais em diversas áreas.

O museu tem ainda nas suas estreias a mostra de arquitetura *Matéria e luz*, de Josep Ferrando, e *O design e a madeira*, com curadoria de Túlio Mariante, que reúne produtos criados por designers do Rio de Janeiro, conscientes do compromisso com o uso sustentável da madeira. Ambas ficam em cartaz até 14 de fevereiro.

DICA DO MÊS



Pista do Golden Room, uma das boates citadas no livro . À direita, o cronista Sérgio Porto

Foto: Carlos/ Herdeiras de Sérgio Porto

Samba de mão no ombro

MARCELO MOUTINHO

Vinte e cinco anos após o referencial *Chega de saudade*, em que reconstituía a vida boêmia e cultural dos tempos da bossa nova, o jornalista Ruy Castro baixou sua lupa sobre outro gênero musical marcadamente brasileiro. Em *A noite do meu bem – A história e as histórias do samba-canção* (Companhia das Letras), Ruy descortina aquele que o compositor Mário Lago chamava de "samba de mão no ombro". Um samba mais lento, em geral voltado aos temas do amor, à feição para a dança de rosto colado.

No livro, o samba-canção é o elemento condutor de uma viagem pelas boates que, no fim da década de 1940, tomaram o lugar dos cassinos no universo da noite do Rio. Em vez dos grandes palcos e do espalhafato das orquestras, o piano, a penumbra, a conversa sussurrada.

Ruy ilumina o trabalho de cantores como Dick Farney, Dolores Duran e Alayde Costa, mas também costumes da época. Gírias, modismos. E, fazendo a ponte com a atualidade, destaca a permanência do gênero nas composições de Francis Hime, Ivan Lins, Dori Caymmi – só para ficarmos com três exemplos. "Discreto, longe das luzes, o samba-canção continuou a ser a grande reserva emocional da música brasileira. É a música a que duas pessoas apaixonadas sempre poderão recorrer quando sentirem o seu amor em perigo", resume.

CLASSITRIBUNA

ESPECIAL PARA ADVOGADOS! MELHOR LOCALIZAÇÃO JUNTO AO FORUM

Erasmo Braga.
Amplo Conjunto de salas, pronto para escritório de ALTO NÍVEL.
Recepção, Lavabo, Cinco salas amplas com armários em madeira. Dois banheiros. Fino acabamento.
Instalações para uso de internet. Perfeito estado. 120 m².
TRATAR (21) 2532.4523
CRECI/RJ1.758.

CÁLCULOS JUDICIAIS

Elaboramos Cálculos Trabalhistas - Sistema Financeiro da Habitação - Cheque Especial Empréstimos - Cartão de Crédito Prestação de Contas - Leasing e CDC de Automóveis. Trabalhamos via Online (PJE). Rua Senador Dantas, 117 - sala 1929 - Centro - Rio de Janeiro, RJ. CEP.20.031.911. **Tels.** (21) 2210-5209 - 2220-1178. **Nextel / Whatsapp:** (21) 7713-3526 - **ID:** 104*202112 **E-Mail:** pontalcalculosjudiciais@gmail.com **Site:** www.pontalcalculosjudiciais.com.br **Região dos Lagos - Tel.: (22) 98835 - 2749**

CÁLCULOS JUDICIAIS

Elaboramos Cálculos Trabalhistas - Sistema Financeiro da Habitação - Cheque Especial Empréstimos - Cartão de Crédito Prestação de Contas - Leasing e CDC de Automóveis. Trabalhamos via Online (PJE). Rua Senador Dantas, 117 - sala 1929 - Centro - Rio de Janeiro, RJ. CEP.20.031.911. **Tels.** (21) 2210-5209 - 2220-1178. **Nextel / Whatsapp:** (21) 7713-3526 - **ID:** 104*202112 **E-Mail:** pontalcalculosjudiciais@gmail.com **Site:** www.pontalcalculosjudiciais.com.br **Região dos Lagos - Tel.: (22) 98835 - 2749**

Anuncie no Classitribuna
e atinja mais de 110 mil advogados

Pequenos anúncios agora têm espaço garantido na **Tribuna do Advogado**, com máximo de 50 palavras em módulos de 3cm por 4,5cm.

Saiba mais sobre os espaços publicitários e os planos de mídia que o veículo oferece.

Gestão de Negócios
Tels: (21) 2245-8660 / 2556-8898

Enio Santiago
(21) 9.9271-1696
enio@gestaodenegocios.com.br

Paulo Santos
(21) 9.8256-4331
paulosantos@gestaodenegocios.com.br

Conte com a Ordem, sempre. OABRJ

DIRETORIA DA SECCIONAL
Presidente
Felipe de Santa Cruz Oliveira Scaletsky
Vice-presidente
Ronaldo Eduardo Cramer Veiga
Secretário-geral
Marcus Vinicius Cordeiro
Secretário adjunto
Fernanda Lara Tortima
Tesoureiro
Luciano Bandeira Arantes

DIRETORIA DA CAARJ
Presidente
Marcello Augusto Lima de Oliveira
Vice-presidente
Naide Marinho da Costa
Secretário-geral
Roberto Monteiro Soares
Secretário adjunto
Ricardo Brajterman
Tesoureiro
Renan Aguiar
Suplentes
Alexandre Freitas de Albuquerque
José Antonio Rolo Fachada
Antônio Silva Filho

CONSELHEIROS EFETIVOS
Aderson Bussinger Carvalho
Adriana Astuto Pereira
Álvaro Sérgio Gouvêa Quintão
André Luiz Faria Miranda
Antonio Ricardo Correa da Silva
Armando Cesar A. P. Burlamaqui
Bernardo Pereira C. Moreira Garcia
Breno Melaragno Costa
Camila Freitas Ribeiro
Carlos Alexandre O'Donnell Mallet
Carlos André Rodrigues Pedrazzi
Carlos Alberto Menezes Direito Filho
Carlos Henrique de Carvalho
Claudio Sarkis Assis
Christiano Falk Fragoso
Daniele Gabrich Gueiros
Déa Rita Matozinhos Oliveira
Eduardo Antonio Kalache
Eduardo Abreu Biondi
Eduardo Valença Freitas
Fábio Nogueira Fernandes
Filipe Franco Estefan
Flavio Villela Ahmed
Flavio Antonio Esteves Galdino
Gabriel Francisco Leonardos
Geraldo Antonio Crespo Beyruth
Gilberto Fraga
Guilherme Rocha Murgel De Rezende
Gustavo Mano Gonçalves
Hercilio José Binato de Castro
Hercules Anton de Almeida
Jansens Calil Siqueira
Joaquim Tavares de Paiva Muniz
Jonas Gondim do Espirito Santo
Jonas Oberg Ferraz
Jonas Lopes de Carvalho Neto
José De Anchieta Nobre de Almeida
Jose Pinto Soares de Andrade
José Ricardo Pereira Lira
José Roberto de A. Sampaio
Juliana Hoppner Bumachar Schmidt
Leonardo Duncan Moreira Lima
Leonardo Pietro Antonelli
Leonardo Rzezinski
Luciano Vianna Araujo
Luiz Americo de Paula Chaves
Luiz Bernardo Rocha Gomide
Luiz Paulo de B. C. Viveiros De Castro
Marcelo Cury Atherino
Marcelo Feijó Chalréo
Marcio Vieira Souto Costa Ferreira
Marcos Bruno
Marcos Luiz Oliveira de Souza
Maria Alicia Lima Peralta
Mauricio Pereira Faro
Murilo Cezar Reis Baptista
Paula Heleno Vergueiro
Paulo Cesar Salomão Filho
Paulo Parente Marques Mendes
Paulo Renato Vilhena Pereira
Ranieri Mazzilli Neto
Raphael Ferreira de Mattos
Renato Neves Tonini
Roberto Ferreira de Andrade
Rodrigo Candido de Oliveira
Rodrigo Tostes de A. Mascarenhas
Romualdo Mendes de Freitas Filho
Rosa Maria de Souza Fonseca
Rui Teles Calandrini Filho
Samantha Pelajo
Tatiana de Almeida R. Saboya
Vânia Siciliano Aieta
Wanderley Rebello de O. Filho
Yuri Saramago Sahione de A. Pugliese

CONSELHEIROS SUPLENTES
Ademário Gonçalves da Silva
Adilza de Carvalho Nunes
Alexandre de Oliveira Venancio de Lima
Alexandre dos Santos Wider
Alfredo Hilario de Souza
Ana Amelia Menna Barreto
Anderson Elisio Chalitade Souza
Andre Andrade Viz
Arnon Velmovitsky
Artur Arruda Lobato R. Carmo
Augusto Carneiro de O. Filho
Bruno Garcia Redondo
Carlos Eduardo Abreu Martins
Carlos Leno de M. Sarmento
Charles Soares Aguiar
Cirilo de Oliveira Neto
Clarissa Costa Carvalho
Claudio Goulart de Souza
Cleber do Nascimento Huais
Corintho de Arruda Falcao Neto
Diogo Campos Medina Maia
Eduardo Carlos de Souza
Eduardo de Souza Gouvea
Fábio Amorim da Rocha
Fernando José A. de Mendonça
Gema de Jesus Ribeiro Martins
Godofredo Mendes Viana
Gustavo Antonio Feres Paixão
Hygino Ferreira Marques
Igor Muniz
Ivan de Faria Vieira Junior
João Pedro Chaves Valladares Padua
Jorge Antonio Vaz Cesar
Jorge Miguel Mansur Filho
Jose Ademar Arrais Rosal Filho
José Agripino da Silva Oliveira
Jose Carlos Freire L. Cavalcanti
Jose Teixeira Fernandes
Leandro Saboia R. Carvalho
Leonardo Branco de Oliveira
Leonardo Jose de Campos Melo
Leonardo Schindler Murta Ribeiro
Leonardo Viveiros de Castro
Luiz Alberto Gonçalves
Luiz Paulo Pieruccetti Marques
Luiz Roberto Gontijo
Marcelo Jucá Barros
Marcelo Martins Fadel
Marlos Luiz de Araujo Costa
Monica Maria Lanat da Silveira
Monica Prudente Giglio
Nara da Rocha Saraiva
Nilson Xavier Ferreira
Norberto Judson de Souza Bastos
Olavo Ferreira Leite Neto
Pedro Capanema Thomaz Lundgren
Rafael Milen Mitchell
Raquel Pereira de Castro Araujo
Regina Celia Coutinho Pereira Real
Renata Pires de Serpa Pinto
Renato Luiz Gama de Vasconcellos
Renato Ludwig de Souza
Ricardo Loretti Henrici
Roberto Dantas de Araujo
Rodrigo Jose da Rocha Jorge
Rodrigo Garcia da Fonseca
Rodrigo Maia R. Estrella Roldan
Rodrigo Moura Faria Verdini
Rodrigo Loureiro de Araujo
Rodrigo Bottrel Pereira Tostes
Ruy Caetano do Espirito Santo Junior
Samuel Mendes de Oliveira
Sandra Cristina Machado
Saulo Alexandre Morais E Sá
Sergio Ricardo da Silva E Silva
Sergio Luiz Pinheiro Sant'anna
Valeria Teixeira Pinheiro
Vinicius Neves Bomfim
Wagner Silva Barroso de Oliveira
Wilson Fernandes Pimentel

CONSELHEIROS FEDERAIS
Carlos Roberto de Siqueira Castro
Cláudio Pereira de Souza Neto
Wadih Nemer Damous Filho

CONSELHEIROS FEDERAIS SUPLENTES
Bruno Calfat
Luiz Gustavo Antônio Silva Bichara
Sergio Eduardo Fisher

MEMBROS HONORÁRIOS VITALÍCIOS
Waldemar Zveiter
Ellis Hermydio Figueira
Cesar Augusto Gonçalves Pereira
Nilo Batista
Sergio Zveiter
Octavio Gomes
Wadih Nemer Damous Filho

PRESIDENTES DE SUBSEÇÕES
Angra dos Reis - Cid Magalhães
Araruama - Rosana Pinaud
Bangu - Ronaldo Barros
Barra da Tijuca - Ricardo Menezes
Barra do Piraí - Denise de Paula
Barra Mansa - Ayrton Biolchini
Belford Roxo - Abelardo Tenório
Bom Jesus do Itabapoana - Luiz Carlos Marques
Armação dos Búzios - César Spezin **Cabo Frio** - Eisenhower Dias Mariano
Cachoeiras de Macacu - Ricardo Monteiro Rocha
Cambuci - Pedro Paulo de Tarso
Campo Grande - Mauro Pereira
Campos - Carlos Fernando Monteiro
Cantagalo - Guilherme de Oliveira
Cordeiro - Rilley Alves Werneck
Duque de Caxias - Geraldo Menezes
Ilha do Governador - Luiz Carlos Varanda
Itaboraí - Jocivaldo Lopes
Itaguaí - José Ananias
Itaocara - Fernando Marron
Itaperuna - Adair Branco
Leopoldina - Frederico Mendes
Macaé - François Pimentel Moreira
Madureira/Jacarepaguá - Remi Martins Ribeiro
Magé - Edison de Freitas
Mangaratiba - Ilson Ribeiro
Maricá - Amilar Dutra
Méier - Humberto Cairo
Mendes - Paulo Afonso Loyola
Miguel Pereira - Pedro Paulo Sad
Miracema - Hanry Félix
Nilópolis - José Carlos Vieira
Niterói - Antonio José Barbosa da Silva
Nova Friburgo - Rômulo Colly
Nova Iguaçu - Jurandir Ceulin
Paracambi - Marcelo Kossuga
Paraíba do Sul - Eduardo Langoni
Paraty - Heidy Kirkovits
Pavuna - Antonio Carlos Faria
Petrópolis - Antonio Carlos Machado
Piraí - Gustavo de Abreu Santos
Porciúncula - Fernando Volpato
Queimados - José Bôfim
Resende - Samuel Carreiro
Rio Bonito - César Gomes de Sá
Rio Claro - Adriana Moreira
Rio das Ostras - Alan Macabú
Santa Cruz - Milton Ottan Machado
Sto. Antônio de Pádua - Adauto Furlani
São Fidélis - Rodrigo Stellet Gentil
São Gonçalo - José Muniz
São João do Meriti - Júlia Vera Santos
São Pedro da Aldeia - Júlio César Pereira
Saquarema - Miguel Saraiva
Seropédica - Fábio Ferreira
Teresópolis - Jefferson Soares
Três Rios - Sérgio de Souza
Valença - Fábio dos Anjos Batista
Vassouras - José Roberto Ciminelli
Volta Redonda - Alex Martins Rodrigues

Foto: Bruno Marins

José Ricardo Pereira Lira, conselheiro seccional

Jurista: Ricardo Lira
Escritor/escritora: Nelson Rodrigues e Patrícia Melo
Livro: *O Tao da física*, de Fritjof Capra
Lugar: Lagoa Rodrigo de Freitas
Filme: *Vicky Cristina Barcelona*, do Woody Allen
Time: Fluminense
Cantor/cantora: Tim Maia e Cássia Eller
Ator/atriz: José Wilker e Cláudia Abreu
Mito: O fruto proibido
Esporte: Surf com *stand up padlle*
Hobby: Tocar baixo elétrico, de preferência com meu filho Chico Lira no teclado
Prato favorito: Steak au poivre, ao ponto pra bem...
Programa de TV: *Jornal das dez*, da GloboNews
Música: *White room*, do Eric Clapton
Fato da história: Conversão de Roma ao cristianismo
Frase ou citação: "A longa caminhada começa com o primeiro passo", de Lao-Tsé

Anuncie na Tribuna

e atinja mais de 110 mil advogados

A revista da OAB/RJ é enviada mensalmente a todos os advogados inscritos na Seccional, e distribuída nos pontos de grande concentração da comunidade jurídica no Estado.

Saiba mais sobre os espaços publicitários e os planos de mídia que o veículo oferece.

Gestão de Negócios Comunicação Integrada Ltda

Tels: (21) 2245-8660 / 2556-8898

Enio Santiago | (21) 9.9271-1696
enio@gestaodenegocios.com.br
Paulo Santos | (21) 9.8256-4331
paulosantos@gestaodenegocios.com.br

Conte com a Ordem, sempre.

OABRJ

OABRJ CAARJ
mais do que você imagina

Advogado:
Venha cuidar da sua saúde
com qualidade e economia.

A Qualicorp está do seu lado para oferecer o plano de saúde do jeito que você precisa. São inúmeras opções com o melhor da medicina para você escolher uma que atenda às suas necessidades.

Somos líder de mercado e administramos os planos de milhões de brasileiros. Temos parceria com a CAARJ e mais de 500 entidades de classe para negociar o melhor para você.

Planos a partir de **R$172**

(valor mensal aproximado por pessoa)[1]

Opção, qualidade e credibilidade.

Bradesco Saúde | Golden Cross | SulAmérica Saúde | Unimed Rio

Ligue agora e venha economizar com a Qualicorp.

0800 799 3003

De segunda a sexta-feira, das 9h às 21h; aos sábados, das 10h às 16h.

www.qualicorp.com.br/anuncio

Qualicorp
Sempre do seu lado.

[1]R$ 171,57 – Unipart Alfa 2 Dental (registro na ANS nº 474.193/15-5), da Unimed-Rio, faixa etária até 18 anos e acomodação coletiva (tabela de julho/2015 – RJ).

Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Novembro/2015.

Bradesco Saúde: ANS nº 005711
SulAmérica: ANS nº 006246
Golden Cross: ANS nº 403911
Unimed-Rio: ANS nº 393321
Qualicorp Adm. de Benefícios: ANS nº 417173